

Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Licenciatura em Criminologia



***AS DIFERENÇAS DE GÉNERO NA EXPRESSÃO DE  
TRAÇOS PSICOPÁTICOS EM CASOS DE HOMICÍDIO EM  
CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA***

Francisca Castro Martins  
Porto, 2023



Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Licenciatura em Criminologia  
Porto, 2023



***AS DIFERENÇAS DE GÉNERO NA EXPRESSÃO DE  
TRAÇOS PSICOPÁTICOS EM CASOS DE HOMICÍDIO EM  
CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA***

A aluna

---

(Francisca Castro Martins)

Projeto de Graduação apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos necessários para a obtenção de Grau de Licenciado do curso de Criminologia, sob a orientação do Professor Doutor João Próspero.

## Resumo

O presente projeto de graduação tem como objetivo delinear uma investigação científica com o propósito de compreender as diferenças de gênero na expressão de traços psicopáticos em reclusos condenados por homicídio na sequência de crimes de violência doméstica.

A violência doméstica traduz-se num problema social com um enorme impacto no que toca às consequências para as vítimas, para os seus filhos e para a sua comunidade (Ganley, 1995). Esta configura-se num problema de elevada complexidade devido a elementos como a sua continuidade, normalização e tolerância social (Martins, 2013). A violência doméstica acontece sobre as mulheres, no entanto, apesar daquilo que dita o senso comum, as mulheres também tendem a praticar este tipo de violência sobre os seus parceiros.

A psicopatia é considerada um dos transtornos de personalidade mais graves e potencialmente prejudiciais com consequências para as vítimas e para os próprios indivíduos (Leistico, Salekin, Decoster & Rogers, 2008). A expressão deste tipo de traços tende a ser associada à prática de comportamentos criminais (Soeiro & Gonçalves, 2010), comportamentos antissociais, violência e reincidência (Skeem et al., 2011). Algumas das características da psicopatia onde alguns indivíduos apresentam continuamente uma propensão para a agressão (física ou psicológica), assim como comportamentos manipuladores e hostis (Soeiro e Gonçalves, 2010), podem potenciar a violência também num contexto de violência doméstica. Relativamente às diferenças de gênero na psicopatia, Lilienfeld (1992), assim como Hamburger (1996), defendem que a Psicopatia se manifesta de forma diferente entre homens e mulheres. Os homens tendem a desenvolver um padrão de comportamento antissocial, enquanto as mulheres tendem a desenvolver um padrão histriónico. Assim sendo, é de elevada importância explorar os conceitos, as suas causas e compreender as diferenças de gênero em ambos os fenómenos devido ao elevado grau de violência poder resultar em morte.

A nível metodológico, este projeto apresenta uma proposta de investigação com recurso a uma metodologia quantitativa, com aplicação de questionários e escalas a uma amostra de reclusos de ambos os sexos. Pretende-se explorar as diferenças de gênero na expressão de traços de psicopatia em contexto da violência doméstica grave com escalada para o homicídio.

**Palavras-Chave:** Violência Doméstica; Psicopatia; Género; Homicídio

## **Abstract**

The purpose of this graduation project is to plan a scientific investigation with the purpose of understanding gender differences in the expression of psychopathic traits in inmates sentenced for murder following domestic violence crimes.

Domestic Violence is a social problem with a huge impact in terms of the consequences for victims, their children and their community (Ganley, 1995). It is a highly complex problem due to elements such as its continuity, normalization and social tolerance (Martins, 2013). Domestic violence happens to women, however, despite what common sense dictates, women also tend to practice this type of violence on their partners.

Psychopathy is considered one of the most serious and potentially harmful personality disorders, with consequences for the victims and the individuals themselves (Leistico, Salekin, Decoster & Rogers, 2008). The expression of this type of traits tends to be associated with criminal behavior (Soeiro & Gonçalves, 2010), antisocial behavior, violence and recidivism (Skeem et al., 2011). Some of the characteristics of psychopathy, where some individuals continuously present a propensity for aggression (physical or psychological), as well as manipulative and hostile behaviors (Soeiro & Gonçalves, 2010), can also potentiate violence in a context of domestic violence. Regarding Gender differences, Lilienfeld (1992), as well as Hamburger (1996), argue that Psychopathy manifests itself differently between men and women. Men tend to develop an antisocial pattern of behavior, whereas women tend to develop a histrionic pattern. Therefore, it is of high importance to explore the concepts, their causes and to understand the gender differences in both phenomena due to the high degree of violence that can result in death.

In methodological terms, this project presents a research proposal based on quantitative method with application of questionnaires and scales to a sample of prisoners of both sexes. It aims to explore gender differences in the expression of psychopathy traits in the context of severe domestic violence with escalation to Homicide.

**Keywords:** Domestic Violence; Psychopathy; Gender; Homicide

## **Agradecimentos**

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Doutor João Próspero, pela sua disponibilidade e paciência. Obrigada por toda a partilha de conhecimento, pela sua dedicação e enorme apoio ao longo do semestre e também por me transmitir a confiança e motivação que precisava para conseguir alcançar este objetivo.

Agradeço aos meus pais e à minha família mais próxima, especialmente à minha mãe, por todo o apoio e força que me deram no decorrer destes 3 anos. Obrigada por investirem em mim e no meu futuro, por me darem esta oportunidade e por acreditarem em mim mesmo quando às vezes tudo parecia impossível.

Ao Rúben, agradeço pela força, amor e apoio incondicional, pela sua presença e por acreditar sempre em mim. Obrigada para sempre pela paciência infinita que tiveste durante estes anos, por me ouvires, saberes aconselhar, pelo permanente incentivo e preocupação. Obrigada por seres o meu pilar e por querereres sempre que a cada dia seja alguém melhor.

Agradeço aos meus amigos por estarem sempre lá quando mais precisei de vocês, do vosso conforto e das vossas palavras queridas e também por me incentivarem sempre a atingir com sucesso os meus objetivos.

Obrigada aos meus colegas e amigos de turma, em especial à Brandão, Inês, Helena e Cris por todo o companheirismo e ajuda ao longo deste nosso percurso. Obrigada por todos os momentos que me proporcionaram, por todo o apoio que recebi e por me fazerem acreditar que conseguimos chegar muito longe e concretizar todos os nossos sonhos.

Agradeço à minha supervisora de estágio curricular, Doutora Carlota Castro, por toda a força e apoio que me deu no meu último semestre. Obrigada por todos os momentos em que me fez rir, por todos os excelentes conselhos, por todo o conhecimento que me transmitiu e por me dar imensa força para seguir em frente, inspirar-me e fazer melhor. Terá sempre um lugar especial no meu coração.

## **Índice**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b>	<b>11</b>
<b>Violência Doméstica</b>	<b>11</b>
Introdução e Enquadramento Legal	11
Violência doméstica - Conceito	13
Fatores de Risco	16
Ciclo da violência doméstica	17
<b>Diferenças de Gênero na Vitimação da Violência Doméstica</b>	<b>21</b>
Movimentos Feministas	21
Violência de Gênero e Violência na Intimidade	22
A Vitimação nos Homens	25
<b>Psicopatia</b>	<b>26</b>
Enquadramento histórico	27
Modelo Triárquico	32
Psicopatia e Gênero	36
<b>CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO</b>	<b>38</b>
<b>Metodologia</b>	<b>39</b>
1.1 Objetivo e hipóteses	39
1.2 Método	40
1.3 Participantes	41
1.5 Procedimento	42
1.6 Discussão de resultados esperados	43
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>48</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>59</b>

## **Índice de Abreviaturas e Siglas**

APAV: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

ASPD: Antisocial Personality Disorder

CP: Código Penal

DSM: Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders

PCL: Psychopathy Checklist

TriPM: Triarchic Psychopathy Measure

UMAR: União de Mulheres Alternativa e Resposta

VD: Violência Doméstica

## **Índice de Anexos**

**Anexo A** - Medida Triárquica da Psicopatia (TriPM)

**Anexo B** - Artemis Intake Questionnaire (AIQ)

**Anexo C** - Formulário de Consentimento Informado

## Introdução

O presente projeto de graduação tem como principal objetivo compreender as diferenças de género na expressão de traços psicopáticos em reclusos condenados por homicídios na sequência de crimes de violência doméstica.

A violência doméstica é um fenómeno que requer de especial atenção por parte da sociedade por ser um problema grave de dimensão universal, ocorrendo em todo o tipo de famílias e indivíduos. Este crime acarreta enormes consequências tanto a nível físico como emocional para a vítima e para a sua família (Carrilho, 2018). O ato pode ser praticado tanto pela mulher como pelo homem, portanto é importante conhecer as diferenças de género na vitimação da violência doméstica.

A psicopatia pode ser entendida como uma síndrome clínica que se manifesta precocemente e tem um carácter duradouro. Engloba uma combinação de traços extremos de natureza interpessoal, emocional e comportamental (e.g. falta de empatia; défice de processamento emocional; crueldade e manipulação), juntamente com uma propensão para adquirir certos estilos de vida. Essa combinação resulta em comportamentos antissociais recorrentes e profundos défices emocionais e relacionais (Pechorro et al., 2014).

O projeto divide-se em duas partes distintas. A primeira parte consiste no enquadramento teórico onde será abordado o fenómeno da violência doméstica, as diferenças de género na vitimação da violência doméstica, o fenómeno da psicopatia e as diferenças de género na psicopatia. A segunda parte é constituída pela planificação de uma proposta de investigação de cariz quantitativo, descrevendo-se o protocolo, a metodologia e, posteriormente, os resultados esperados e as limitações do presente estudo.

É importante fazer uma ligação da psicopatia com a violência doméstica pois considera-se que indivíduos com traços de psicopatia tendem a escalar rapidamente a violência em contexto doméstico de uma forma mais grave. Assim sendo, o objetivo desta investigação passa por expandir o conhecimento nestas áreas de forma a auxiliar a intervenção neste tipo de situações de extrema violência no que diz respeito à reinserção social pois, estes indivíduos, certamente apresentarão necessidades de intervenção específicas e distintas dos demais.

## Capítulo I – Enquadramento Teórico

### **Violência Doméstica**

#### **Introdução e Enquadramento Legal**

A violência doméstica (VD) é um problema social com um enorme impacto no que toca às consequências para as vítimas, para os seus filhos e para a sua comunidade (Ganley, 1995). Este tipo de violência configura-se numa permanência histórica, social e cultural com implicações graves para a própria sociedade pois ocorre transversalmente, independentemente do tipo de família (Carrilho, 2018). As consequências resultantes da violência doméstica são vastas, podendo resultar em morte, dano físico grave e problemas a nível da saúde mental quer para as vítimas diretas, quer para as vítimas indiretas (Ganley, 1995). O contexto no qual se desenvolve este tipo de crime é altamente variável, podendo encapsular uma enorme variedade de comportamentos (com diferentes graus de visibilidade) que poderão afetar a saúde da vítima; para além disso, a proximidade ofensor-vítima característica da violência doméstica produz implicações de alta especificidade (Ganley, 1995).

A violência doméstica configura-se num problema de elevada complexidade devido a elementos como a sua continuidade, normalização e tolerância social (Martins, 2013). Como já referido, a violência doméstica trata-se de um problema social de ordem cultural, económica, étnica, religiosa e de género (Ganley, 1995) e é um registo de comportamentos que se vão adquirindo através do tempo, das vivências, das observações e interações com outros indivíduos (Bandura, 1979). A literatura refere que a violência doméstica e as crenças que suportam este tipo de comportamentos são adquiridas através da observação e através de experiências de vida dos agressores (Bandura, 1979) como, por exemplo, um contexto onde uma criança assiste a um episódio de violência entre os pais (Duarte, 2011).

Neste contexto, os fatores culturais acabam por ser usados pelos ofensores como justificação para os seus comportamentos violentos, materializando-se em argumentos de desresponsabilização do seu ato. Efetivamente, torna-se bastante importante (todavia bastante difícil) romper estes mitos e condições culturais que ampliam a submissão das vítimas e a obrigação de satisfazer as necessidades do outro (Diniz e Angelim, 2003).

Apesar de, atualmente, ser notório um desenvolvimento favorável a nível da resolução desta problemática, há ainda muito investimento necessário principalmente no que concerne à mudança da mentalidade social (Martins, 2013).

De um ponto de vista legislativo, o crime de violência doméstica surge, em Portugal, como reflexo da intervenção dos movimentos feministas que, para além das mudanças legislativas, desencadearam mudanças a nível da perceção social sobre o comportamento (Almeida, 2008). A mudança começou em 1982 quando Portugal criminalizou a violência exercida em contexto familiar, tendo sido uma conquista fundamental; considerando que a prática da violência contra a mulher foi, durante décadas, tolerada e livre de qualquer punição (Duarte, 2011). A criminalização da VD em Portugal foi um processo demorado, maioritariamente devido ao tempo de ditadura em que se viveu (1926-1974) apesar do esforço sentido após a revolução de 1974 (Duarte, 2011).

Estes movimentos feministas, através da organização de conferências mundiais onde abordavam questões de género, deram voz às vítimas que sofriam em silêncio. Com o passar dos anos, foi aumentando o número de denúncias de crimes de violência doméstica (Duarte, 2011). Em 1982, redigiu-se o artigo 153º do Código Penal (CP) que consagrou o crime de maus-tratos onde, mais tarde, através da introdução da Lei nº 7/2000 de 27 de maio, este foi considerado público. Essa alteração demonstra uma mudança relativamente à perceção do que é um comportamento violento (Gonçalves, 2020). Desde 2007 que houve modificações socioculturais em Portugal, pois foi com a Lei nº 59/2007 de 4 de setembro que nasceu o crime de violência doméstica (Carrilho, 2018). Com esta nova lei procedeu-se à separação entre o crime de violência doméstica, artigo 152.º do CP; o crime de maus-tratos, artigo 152.º-A do CP e a violação das regras de segurança, artigo 152.º-B do CP. Assim, é possível o legislador diferenciar as situações que outrora estavam todas previstas na mesma disposição legal.

De acordo com o artigo 152.º do CP: Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus-tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade, ofensas sexuais ou impedir o acesso ou fruição aos recursos económicos e patrimoniais próprios ou comuns. Para além do artigo 152.º CP, adequam-se também ao enquadramento penal da violência doméstica o artigo 152.º-A CP (Maus-tratos) e 152.º-B CP (Violação de regras de segurança), o artigo 132.º CP (Homicídio qualificado), artigo 145.º CP (Ofensa à integridade física qualificada) e artigo 69.ºCP (Declaração de indignidade sucessória).

Para além das alterações legais, a intervenção a nível da VD foi-se desenvolvendo com o trabalho de várias organizações especializadas como a UMAR (fundada em 12 de Setembro de 1976, com o objetivo de despertar a consciência feminina na sociedade portuguesa), e a APAV (fundada em 25 de Junho de 1990, com o objetivo de promover e contribuir para a proteção, informação e proteção dos cidadãos vítimas de infrações penais; Francisco, 2012).

Após uma breve introdução à violência doméstica e o seu enquadramento legal, é importante explicar e compreender o seu conceito.

### **Violência doméstica - Conceito**

A violência doméstica é percebida como um padrão de comportamentos agressivos recorrentes incluindo ataques físicos, psicológicos, sexuais e económicos que poderão resultar de diferentes episódios (Ganley, 1995). Esta combinação de agressões cria na vítima uma sensação de medo constante, assim como danos psicológicos e físicos que se poderão estender a vítimas indiretas dessa violência (e.g., filhos; Ganley, 1995). Este tipo de conduta surge num contexto onde o agressor e a vítima se conhecem (poderá ou não existir uma função parental), no seio de relações íntimas que poderão ser heterossexuais e homossexuais, entre adultos e adolescentes, em regime de casamento, coabitação, divórcio ou separação (Ganley, 1995). Enquadrada no contexto da violência doméstica estão todos os comportamentos de ação ou omissão que prejudiquem diretamente o indivíduo, o seu bem-estar, integridade física e psicológica, liberdade e direito ao desenvolvimento (Ganley, 1995). Este tipo de conduta desenvolve-se tanto contra a mulher como contra o homem.

Dado que este tipo de crime pressupõe que o agressor e a vítima se encontram numa dinâmica relacional, o agressor tem acesso à rotina diária da vítima tendo a possibilidade de controlar a sua vida e promover o desenvolvimento de medo e trauma. Na sequência de uma agressão, o agressor tende a relembrar a vítima do mesmo, funcionando como ameaça para um possível futuro episódio; desta forma, o ofensor consegue manter o controlo sobre a situação (Narvaz & Koller, 2006).

Como já referido, estes comportamentos abusivos poderão assumir diversas formas:

**- Ataque físico**

O ataque físico acontece quando um indivíduo que está em posição de poder relativamente a outro tenta causar (ou efetivamente causa) dano por meio de uso de força física ou uso de arma. Dentro da agressão física deve-se incluir comportamentos como: cuspir, agarrar, empurrar, bater, morder e queimar (Narvaz & Koller, 2006; Day et al., 2003).

**- Ataque sexual**

O ataque sexual consiste em obrigar a vítima a ter relações sexuais contra a sua vontade. Esta pressão poderá acontecer através da coação sexual, manipulação, ameaça ou até mesmo através do uso de violência (Ganley, 1995).

**- Ataque económico**

O ataque económico consiste na privação intencional de recursos. O agressor controla a vítima limitando o seu acesso a diversos tipos de recursos como, por exemplo, o tempo, roupa, comida, transportes e dinheiro (Manita et al., 2009). Na eventualidade de a vítima possuir rendimento próprio, o agressor tenderá a controlar as finanças da família (Ganley, 1995). A agressão económica poderá ser expressa de várias formas: por um lado, o agressor poderá assumir-se como fonte de rendimento única dentro do agregado familiar; por outro, o agressor poderá recusar-se a trabalhar, forçando a vítima a sustentar a família (Ganley, 1995). Independentemente da expressão da violência económica, o agressor assume as decisões sozinho; a vítima acaba por se ver forçada a pedir permissão para utilizar dinheiro, perdendo a sua independência (Ganley, 1995).

**- Ataque psicológico**

Relativamente ao ataque psicológico, este surge de diferentes tipos de agressão, por exemplo, ameaças de violência, abuso emocional, ataques contra o património ou animais de companhia, isolamento e o uso das crianças (Manita et al., 2009).

No caso de ameaça de violência, o agressor ameaça diretamente a vítima (ou alguém importante para ela). Essas ameaças podem ocorrer de forma verbal (e.g., “Vou te matar”, “A tua irmã vai pagar por isto”), ou através de ações (e.g., Perseguição,

demonstração de armas e tentativas de suicídio). Com isto, o agressor consegue controlar a vítima e aterrorizá-la (Ganley, 1995).

O abuso emocional consiste numa variedade de ataques e humilhações contra a vítima que põem em causa o seu valor enquanto pessoa, enquanto mãe/pai, amigo, colega de trabalho, entre outros. Por vezes, essas humilhações podem acontecer à frente de amigos, desconhecidos ou familiares (Manita et al., 2009).

O ataque contra o património ou animais de companhia pode envolver diferentes comportamentos desde a destruição de objetos de importância para a vítima ou até magoar o seu animal de estimação.

Em situações de isolamento, o agressor tenta controlar a vida da vítima, o seu tempo, as suas atividades e, acima de tudo, o contacto com outras pessoas (Ganley, 1995). À medida que o tempo passa, as táticas de isolamento podem-se tornar cada vez mais abusivas. Normalmente, esse isolamento começa de uma forma bastante subtil onde o agressor por dizer amar muito a vítima quer passar o tempo todo com ela. Posteriormente a situação escala, torna-se em algo mais severo incluindo comportamentos como reclamar com vítima por estar demasiado tempo com outras pessoas. O agressor isola a vítima ao agir com ciúme, diz que há amigos ou familiares a tentar prejudicar a sua relação, chegando até a acusar a vítima de infidelidade. Este ciúme e obsessão são uma tática de controlo (Manita et al., 2009).

Por vezes, os ofensores servem-se das crianças para impor o seu controlo sobre a vítima. Agem através de atos abusivos diretamente contra estas ou apenas envolvendo-as nos confrontos de forma a punir ou controlar a vítima direta (Ganley, 1995). Exemplos de comportamento incluem ataques físicos contra a criança, obrigar a criança a ver a vítima a sofrer e abusar sexualmente desta, mas também outros comportamentos como discussões legais relativamente à sua custódia, não ajudar nas despesas dos filhos ou até raptá-los. Neste sentido, o ofensor poderá usar a criança para conseguir manter o controlo e forçar a vítima a comportar-se conforme pretende (Ganley, 1995). Por vezes, as crianças são arrastadas para o meio destes conflitos e saem lesadas simplesmente por estarem presentes e, neste contexto, algumas crianças acreditam que a sua presença no espaço físico pode pôr um termo à violência. As crianças são também frequentemente usadas como meio de obtenção de informação; o agressor pode fazer questões acerca da vida da vítima. Este tipo de comportamentos desenvolvem no menor um sentimento de frustração (Sani, 2004).

O agressor, através da combinação de diferentes táticas de violência física e psicológica é capaz de controlar a vítima. Este transmite sempre uma mensagem e, se a vítima não corresponder às suas expectativas, o agressor irá complicar ainda mais a sua vida escalando no uso de violência (Manita et al., 2009).

Para compreender melhor este fenómeno e todas as táticas referidas anteriormente, deve-se explicar os fatores de risco envolvidos neste contexto.

## **Fatores de Risco**

Os fatores de risco consistem nas características ou nos motivos de um indivíduo que aumentam a probabilidade e frequência no cometimento de um comportamento criminal, sendo que estes fatores não são entendidos enquanto causas, mas sim enquanto elementos preditores do comportamento. Quanto maior for a combinação de fatores de risco, maior é a probabilidade de o indivíduo cometer um delito (Barbosa, Quadros & Ribeiro, 2012). Posto isto, existem dois tipos de fatores de risco: os estáticos e os dinâmicos. Os estáticos não se alteram, nem são possíveis de reverter como, por exemplo, os antecedentes criminais. Pelo contrário, os fatores de risco dinâmicos são passíveis de mudança ao longo do tempo através de intervenção ou de forma natural como, por exemplo, desemprego ou problemas aditivos (Bonta, 2018).

O conhecimento sobre os diversos fatores de risco envolvidos no contexto de VD configuram-se essenciais para a eficaz prevenção do comportamento. É importante referir que nesta problemática não se poderá considerar apenas um fator de risco, mas sim um conjunto de fatores (Morais et al., 2018). Os fatores tendem a acontecer de forma sequencial na medida em que não é um fator isolado que garante que se suceda um ato de violência, mas sim uma interação entre os diversos fatores (Mascoli, 2015).

Estes fatores de risco estão associados a características psicossociais e psicológicas das vítimas, dos agressores e da relação entre ambos (Morais et al., 2018). A literatura sugere três categorias de fatores de risco que são suscetíveis de serem detetados, quantificados e avaliados no que concerne à sua gravidade:

- 1) Fatores de risco relativos à vítima: Estes fatores incluem vulnerabilidades específicas como: a idade e necessidade de cuidados especiais, baixa autoestima, possuir alguma perturbação a nível da saúde física e mental, o desemprego e a dependência financeira do agressor, a dificuldade em tomar decisões, o consumo de substâncias ilícitas ou

álcool, ter presenciado situações de abuso na família ou ter antecedentes de sofrer abuso (Morais et al., 2018);

- 2) Fatores de risco relativos ao ofensor: Estes fatores incluem perturbações a nível da saúde física e mental, consumo de substâncias ilícitas ou álcool, baixo autocontrolo e baixa tolerância à frustração e ao stress, atitude rígida perante o outro, acesso a armas letais, desemprego, histórico de comportamento violento e de abuso físico, sexual ou psicológico com parceiros íntimos, histórico de vitimação ou ter presenciado situações de violência familiar enquanto criança (Morais et al., 2018) e diagnóstico de psicopatia (Hare, 1999);
- 3) Fatores de risco relativos ao contexto familiar/relação: Estes fatores incluem gravidez indesejada, família desestruturada, dificuldades financeiras, situações anteriores de violência doméstica, divórcio ou separação, inexistência do apoio de família alargada ou de vizinhos (Morais et al., 2018).

Dos seguintes fatores, é evidente a importância da ocorrência de agressões no passado; este fator é considerado como um dos mais bem estabelecidos no que concerne ao risco de agressões futuras. Quando os ofensores apresentam antecedentes de violência, seja no contexto doméstico ou fora desse contexto, a sua probabilidade de reincidência aumenta (Mascoli, 2015).

A VD normalmente ocorre com uma determinada frequência, tendo essa frequência uma estrutura cíclica. Após ser possível compreender em que consiste a VD, as diferentes formas de expressão e os fatores de risco subjacentes a esta problemática, é importante explicar em que consiste esse ciclo, o Ciclo da Violência Doméstica.

### **Ciclo da violência doméstica**

A violência doméstica praticada por parceiros íntimos não se revela de forma pontual e isolada. A partir do momento em que se sucedem abusos de teor físico, psicológico, sexual ou patrimonial, estes tendem a ocorrer com determinada frequência tornando-se alvo de repetições cíclicas (Sales, 2018). A vítima, por conseguinte, fica entregue ao ciclo da violência doméstica no qual a conduta do agressor passa por

diferentes fases; ao longo deste ciclo, o grau de tensão e violência vai variando. Por outras palavras, quando a violência doméstica se inicia, esta não se mantém estática, passa por vários estágios onde a agressividade do agressor alcança diferentes níveis e o comportamento da vítima oscila entre o medo e a esperança na mudança de comportamento do parceiro (Sales, 2018).

Apesar de ser comum considerar-se que as manifestações de violência surgem de um momento para o outro, é preciso salientar que estas dão sinais significativos de que vão efetivamente acontecer (Sales, 2018). Contudo, estas manifestações são dificilmente identificadas e percebidas pela vítima.

O ciclo da violência doméstica foi estudado em detalhe por Walker (1979) que acaba por construir o modelo a que chamou de Teoria do Ciclo da Violência Doméstica. Com a sua criação, Walker rediz um livro titulado de “*The Battered Woman Syndrome*”, onde discute os efeitos psicológicos da violência doméstica na vida das mulheres (Magalhães, 2005).

De acordo com Walker (1979), o ciclo da VD consiste em três fases distintas associadas a um ciclo de violência: o aumento da tensão, o ataque violento e a lua de mel. Segundo a autora, este ciclo inicia-se após um período de namoro; este período é caracterizado por um grande interesse por parte do agressor na vida da vítima, marcado por uma demonstração de amor constante. Algumas vítimas descrevem que esse tipo de comportamento, aparentemente positivo, acaba por se tornar em perseguição. No entanto, por já se sentirem comprometidas com essa relação, as vítimas tendem a apresentar dificuldade em abandoná-la. Nos seus pensamentos reside a ideia de que o agressor, após o casamento, vai-se sentir mais seguro, desistindo da necessidade de as vigiar e perseguir (Walker, 2016). No entanto, essa desistência raramente acontece resultando no início da primeira fase do ciclo.

### **- 1ª Fase: Aumento da tensão**

Durante esta primeira fase, há uma escalada de tensão caracterizada por um clima instável e tenso. O agressor começa a demonstrar nervosismo e a comportar-se de uma forma mais violenta. Esta intensificação pode ser, por exemplo, o aumento do tom de voz, a humilhação ou insultar a vítima (Fernandes, 2014).

Nesta fase, o agressor tende a expressar insatisfação e a vítima acaba por tentar satisfazer as suas vontades, procurando não o contrariar. Esta tentativa da vítima poderá

ter sucesso, mas de forma temporária; esse pequeno período de sucesso vai fazer com que aumente as suas expectativas e as suas crenças irrealistas de que tem a capacidade de controlar o agressor (Walker, 2016).

### **- 2ª Fase: Ataque Violento**

Na segunda fase, o agressor perde completamente o controle e ataca a vítima com agressões, ameaças e tortura. Devido à possível repetição do ciclo, à medida que este se vai repetindo, as agressões e a violência vão ficando progressivamente mais severas (Fernandes, 2014). A vítima, face a estas agressões, poderá tentar defender-se fazendo o seu melhor a tentar cobrir partes do corpo e do rosto para minimizar os ferimentos e, consequentemente, as dores. A esta fase estão associados comportamentos agressivos a nível físico e verbal que podem deixar a vítima severamente magoada (Walker, 2016).

A vítima, encontrando-se num estado de medo constante ao perceber que não tem controle sobre o agressor, acaba por suportar a violência; neste contexto, a vítima sente-se vulnerável e impotente para se opor ao ofensor ainda que de forma verbal (Fernandes, 2014).

Quando esta fase se inicia, o escape torna-se difícil; esta só vai cessar se o ofensor assim o permitir pois apenas ele o pode interromper; a fase aguda da agressão só termina quando o agressor decide parar (Treviso, 2008).

### **- 3ª Fase: Lua de mel**

Após a agressão, o agressor tende a arrepender-se e, por medo de ser abandonado ou punido pela vítima, remete-se a demonstrações de carinho e remorsos (Walker, 2016). Nesta fase, surge uma mudança no comportamento do ofensor; este tenta redimir-se comprando presentes e fazendo promessas à vítima. Promete que vai melhorar e que nunca mais vai voltar a cometer o mesmo erro (Walker, 2016). Neste sentido, o próprio agressor quer acreditar que não vai voltar a ser violento. A vítima tende a iludir-se acreditando na alteração comportamental do ofensor julgando-se capaz de o ajudar.

Esta última fase reforça um sentimento positivo para a vítima pois relembra-a do início da sua relação, repleta de gestos de amor. É importante referir que, mesmo assim, a sensação de medo e de perigo é tão grande que dificilmente se voltará a dissipar (Walker, 2016).

Devido à sua estrutura cíclica, o ciclo da violência doméstica poderá repetir-se sucessivamente durante meses ou anos podendo, nos piores casos, resultar no homicídio da vítima. Apesar da divisão do ciclo em três fases, este não implica a obrigatoriedade da passagem por todas elas (Carrilho, 2018).

Posto isto, uma das questões mais emergentes na investigação em torno da VD é o porquê de as vítimas permanecerem em relações violentas (Treviso, 2008). A permanência das vítimas neste tipo de relações abusivas pode ser explicada através de vários fatores. O fator principal para essa permanência é o medo do agressor e a falta de opção para manter a sua segurança e a segurança dos seus filhos dado que, muitas das vezes, são repetidamente ameaçadas (Ganley, 1995). Para além destes, podemos mencionar outros motivos, tais como: mútua dependência, ser uma vítima passiva e submissa, possuir um vínculo afetivo forte com o agressor, ter esperança na mudança de comportamento do agressor, baixa autoestima, medo de perder os filhos, falta de apoio familiar, desculpabilização das situações violentas (Feiteira, 2011) e o medo de reviver o trauma (Treviso, 2008).

Como já referido, a violência doméstica consiste numa problemática onde o agressor pode ser homem ou mulher. Após compreensão do conceito, dos fatores de risco e do ciclo da violência doméstica, é importante compreender quais são as diferenças de gênero na vitimação da mesma.

## **Diferenças de Género na Vitimação da Violência Doméstica**

### **Movimentos Feministas**

Apesar de ignorada pela sociedade durante muito tempo, a violência doméstica (VD) não é um problema recente (Carrilho, 2018). A falta de importância historicamente atribuída a esta problemática deveu-se muito ao facto de a violência doméstica ser considerada uma questão menor do contexto privado, associada a tradições e costumes antigos (Carrilho, 2018).

A problemática da VD começou a ser falada com o surgimento dos movimentos feministas nos Estados Unidos a partir dos anos 70. Graças a estes movimentos sociais, tornou-se impossível ignorar a sua existência; o aumento da visibilidade do fenómeno e da preocupação social levou à criação de programas sociais e jurídicos específicos (Carrilho, 2018). O surgimento desses movimentos feministas e as suas consequências tiveram um grande impacto na Europa quer de um ponto de vista social, quer de um ponto de vista legislativo (Carrilho, 2018). É importante ressaltar que, nos anos 70, a VD ainda não era considerada crime aos olhos do Direito Penal, mas era tratada como uma síndrome designada de “síndrome da mulher agredida” (Carrilho, 2018). Essa síndrome era descrita como uma ocorrência de atos significativos de abuso ou violência contra a mulher dentro do casal, englobando todo o tipo de violência física, assim como psicológica (Carrilho, 2018). As principais lutas seguiam com o objetivo de permitir a representação política e a formação profissional, requerer o acesso à educação, ao voto e ao trabalho remunerado (Bittencourt, 2015).

Os movimentos feministas da década de 70 foram fundamentais para que a problemática da VD alcançasse uma maior visibilidade internacional, a nível social e legal. Desta forma, foi possível pressionar o Estado e a opinião pública para que esta problemática fosse colocada na agenda política (Magalhães & Tavares, 2018). No seguimento destes movimentos dos direitos das mulheres, conseguiu-se que a violência contra a mulher saísse do foro privado e fosse colocada no contexto público (Gonçalves, 2020). Apesar da captação de atenção para este fenómeno ter sido conseguida através de movimentos feministas para uma maior proteção da mulher, é importante mencionar que a violência doméstica ocorre também contra o homem (Kumar, 2012).

## **Violência de Gênero e Violência na Intimidade**

O fenômeno da violência é representado nas relações, negligências e ações por parte de qualquer indivíduo que resultem em danos psicológicos, morais e físicos a outro (Andrade et al., 2007). Esta expressa-se de diversas formas das quais, para o presente projeto, se destacam a Violência de Gênero e Violência na Intimidade.

Seja qual for o tipo de violência exercida, esta pode ocorrer através da luta pelo poder, conflitos de autoridade e através do desejo de possuir e dominar o outro. O que atualmente se considera violência, outrora já foi considerado algo normal, resultado das culturas e das crenças presentes na sociedade (Sales, 2019).

### **Violência de Gênero**

Segundo Bourdieu (2014), este tipo de violência surge de valores e crenças baseados na desigualdade entre homens e mulheres que foram reforçados e transmitidos ao longo do tempo; nesse sentido, estes valores têm uma grande influência no comportamento dos homens em relação às mulheres. Por outras palavras, esta divisão entre os gêneros é algo que emerge de forma natural e inevitável no seio de sociedades patriarcais, sendo possível encontrá-la em todo o lado na forma como as pessoas pensam e agem (Bourdieu, 2014). A cultura patriarcal instalada na sociedade tem vindo, ao longo dos séculos, a preparar a mulher para aceitar qualquer tipo de comportamento do homem, mesmo que esse envolva violência (Magalhães & Tavares, 2018). Neste sentido, a violência contra as mulheres tende a ser normalizada, desenvolvendo-se através de uma organização hierárquica de domínio masculino (Lucena et al., 2016).

A violência de gênero é compreendida como decorrente de construções culturais e, por estar tão enraizada na cultura e nas relações humanas, é vista como algo natural (Sales, 2019). A verdade é que a violência sempre esteve presente na história da humanidade seja como forma de reação, sobrevivência ou até mesmo por defesa de territórios (Sales, 2019). Desse modo, a violência esteve e estará sempre presente no mundo (Odália, 1985).

Segundo Pierre Bourdieu (2014), as mulheres estão socialmente destinadas ao ambiente familiar onde terão de prestar serviço à família (i.e., filhos e marido). No contexto social genérico, o estado feminino tende a remeter para a fragilidade, enquanto

o masculino remete aos espaços públicos aludindo à virilidade e à firmeza (Bourdieu, 2014). Deste modo, cria-se no homem uma imagem de força e determinação que reforça a agressividade. Por outro lado, em torno da mulher (por ser vista como frágil, dependente e sem coragem) constrói-se uma imagem social de passividade (Magalhães, 2005). Portanto, quando ambas as características se cruzam, podem levar a uma escalada de violência por parte do homem e passividade por parte da mulher (Magalhães, 2005). Esta passividade faz com que a mulher se submeta à violência habituando-se a ela, evitando a denúncia do comportamento do seu companheiro (Magalhães, 2005).

De forma a melhor compreender o conceito de violência de gênero afigura-se essencial refletir sobre o conceito de gênero distinguindo-o do sexo, sendo esta relação bastante complexa (Pitch, 2010). A definição de gênero deriva da concepção de que as categorias “feminino” e “masculino” não são determinadas por características biológicas ou naturais, mas sim de construções culturais (Garcia, 2018). Ou seja, o gênero é entendido como um conjunto de ideias, normas, obrigações e comportamentos que foram impostos a cada um dos grupos (Garcia, 2018). O sexo é considerado como algo da natureza (Ingold, 1994), um construto biológico (Mauvais-Jarvis, 2020).

Como referido anteriormente, a violência de gênero pode manifestar-se de diferentes formas. Assim sendo, os padrões normativos, os valores, as relações de poder, os papéis de gênero e o ambiente sociocultural têm uma grande influência neste tipo de comportamentos (Sales, 2019). Os ideais de gênero, vinculados por sociedades de valores patriarcais, descrevem a mulher como frágil e subserviente e o homem como dominante e autoritário (Kumar, 2012). Ora, a violência originada por mulheres não se coaduna com estes papéis e crenças sociais; nesse sentido, é por vezes difícil enquadrar o homem como potencial vítima deste tipo de violência.

Apesar dos papéis de gênero, é ingénuo assumir que o homem não se pode tornar vítima da mulher (Kumar, 2012). Por ser algo que dificilmente se enquadra nos ideais de gênero cristalizados na sociedade, a VD sobre o homem tende a ser obscurecida (Kumar, 2012). O próprio homem dificilmente irá reportar esses acontecimentos em público, pois seria um atentado à sua masculinidade (Kumar, 2012). Este fenómeno não é novo nem recente e continua a camuflar-se com todas as mudanças na sociedade (e.g., independência económica ou controlo), mudando também a relação entre o homem e a mulher (Tavares, 2012). A mulher, após décadas de opressão e inferioridade, começou a assumir um papel importante na sociedade juntamente com as suas conquistas, como o direito ao voto e ao trabalho (algo que outrora era negado), passando a ser considerada

como um indivíduo com obrigações, direitos e liberdades (Coulanges, 1996). De acordo com Umberson et al. (2015), a literatura concentra a agressão por parte do homem e as consequências e vitimização na mulher, portanto, é algo que continua a ser ignorado pela sociedade devido a toda a construção ideal em volta do homem (Barber, 2008). Há pouca informação e pouco suporte para os homens vítimas de violência e é importante não só haver uma mudança no que concerne ao apoio à vítima homem, assim como a desconstrução do estereótipo imposto no que é ser homem (Barber, 2008).

A violência que surge em contexto de intimidade é uma problemática com crescente preocupação nas comunidades, nas famílias, no sistema de justiça criminal e na sociedade em geral (Caldwell et al., 2012), abrangendo a violência exercida entre namorados, relacionamentos e conjugalidade (Martins, 2013). Anteriormente, este tipo de violência contemplava apenas a violência do homem sobre a mulher num contexto relacional, no entanto, é algo muito mais complexo (Johnson, 2006).

É importante referir que violência neste contexto não acontece apenas sobre as mulheres. De facto, apesar daquilo que dita o senso comum, as mulheres também tendem a praticar este tipo de violência sobre os seus parceiros (Caldwell et al., 2012). Contudo, a tendência social recai para assumir que os danos sofridos pelas mulheres são mais severos e frequentes (Caldwell et al., 2012).

As mulheres e os homens têm diferentes motivações para o uso da violência; o homem tende a utilizar a violência para demonstrar poder e controlo, enquanto as mulheres usam a violência para transmitir emoções ou para se defenderem (Hamberger et al., 1997). É mais provável uma mulher sofrer de violência física ou sexual na sua relação íntima, abuso de poder e controlo. Desta forma, algumas das vezes tendem a agir violentamente como resposta à violência perpetrada pelo companheiro (Hamberger et al., 1997), pois acreditam que estão a agir apenas para se defenderem e protegerem as crianças (Kernsmith, 2005).

A vítima masculina tem mais probabilidade de sofrer de abuso verbal (Coker et al., 2002) e torna-se mais recorrente o abuso sofrido após a separação do casal. Por outro lado, a mulher costuma reportar abusos frequentes, danos sérios e ameaças durante a relação (Barnish, 2004).

Assim sendo, é importante compreender o lado do homem enquanto vítima de violência doméstica.

## A Vitimação nos Homens

Kumar (2012), refere que o conhecimento no número de casos de violência doméstica contra os homens é reduzido. Estas cifras negras devem-se a vários fatores, sendo o principal a perceção que a sociedade tem do homem e os valores que nele são impostos; essas expectativas de género levam a que a vítima seja incapaz de reportar a violência e o abuso a que foi sujeita (Kumar, 2012). Por outro lado, mesmo que o homem decida reportar o sucedido, este corre o risco de sofrer de vitimação secundária por parte dos órgãos judiciais que o poderão desacreditar, fazendo com que o mesmo sinta vergonha de denunciar e expor os atos de que é vítima (Kumar, 2012).

É importante perceber que qualquer tipo de violência, independentemente da sua forma, contra a mulher e contra o homem possui diferentes origens (Treviso, 2008). Assim como explicado no primeiro capítulo, as razões pelas quais o homem se mantém numa relação abusiva tendem a convergir com as da mulher (Treviso, 2008). Nesse sentido, o homem tende a acreditar numa mudança e numa melhoria de atitude por parte da companheira e tem medo do que a sociedade irá pensar do divórcio (e assim perder o respeito e a sua posição perante esta e o amor pelas crianças e pela família; Kumar, 2012).

Estas vítimas sentem o peso de querer que o casamento resulte e têm medo de que isso não seja possível, por vezes até acreditando que a culpa do escalar da violência seja delas e que merecem ser tratadas desta forma (Feiteira, 2011). Ao contrário da violência aplicada pelos homens, que tende a ser física (procurando instalar o medo e o poder), a violência aplicada pelas mulheres tende a ser psicológica, incidindo no abuso emocional e mental (Kumar, 2012). Associada à questão da violência psicológica, está também a questão da invisibilidade; os danos psicológicos tendem a não ser tão facilmente visíveis (Kumar, 2012). De acordo com Kumar (2012), as mulheres agressoras procuram os erros que o homem comete a nível pessoal, profissional e sexual, utilizando essas falhas para violentarem e abusarem do seu companheiro, resultando numa tortura mental.

Após explicação de todo o fenómeno da violência doméstica, falar-se-á da psicopatia, o seu conceito e enquadramento histórico, o modelo triárquico e as diferenças de género na psicopatia.

## Psicopatia

A psicopatia é uma das perturbações de personalidade mais estudadas dentro da Criminologia, em parte como reflexo do impacto negativo que as suas características e os comportamentos que lhe são associados têm na comunidade. Referindo-se a psicopatia enquanto uma síndrome patológica que envolve um desvio comportamental na presença de características emocionais e interpessoais distintivas comportamentais (e.g., falta de empatia; défice de processamento emocional; crueldade e manipulação; Patrick et al., 2009).

A expressão deste tipo de traços tende a ser associada à prática de comportamentos criminais (Soeiro & Gonçalves, 2010), comportamentos antissociais (Skeem et al., 2011), violência (Skeem et al., 2011) e reincidência (Skeem et al., 2011).

A definição do fenómeno deriva de várias influências e, apesar de difícil especificar e delimitar a extensão do conceito (i.e. devido à sua complexidade), este é um fenómeno de extrema utilidade para a descrição de determinados padrões comportamentais e emocionais (Hare & Neumann, 2008). Nos estudos existentes acerca da criminalidade, faz-se referência a um certo tipo de indivíduos que apresentam continuamente uma propensão para a agressão (física ou psicológica), assim como comportamentos manipuladores e hostis (Soeiro e Gonçalves, 2010). A identificação de indivíduos responsáveis por agressões reiteradas caracterizadas pela sua irresponsabilidade e crueldade que não apresentam qualquer patologia mental, reúnem os indicadores necessários para obterem um diagnóstico de psicopatia (Soeiro e Gonçalves, 2010). A psicopatia manifesta-se em vários tipos de comportamentos associados a fatores ambientais e fatores biológicos (Soeiro e Gonçalves, 2010).

Desde o início do estudo da psicopatia que os esforços científicos se têm focado na compreensão dos diferentes elementos que constituem este fenómeno, assim como as suas implicações em relação aos padrões comportamentais e interpessoais (Patrick et al., 2009). Neste sentido, a investigação dentro da psicopatia atua como um importante referencial para o estudo dos processos afetivos e de controlo, configurando uma área de grande interesse para a Criminologia (Patrick et al., 2009).

De forma a melhor compreender o fenómeno da psicopatia, é essencial uma definição objetiva, adequada à investigação, diagnóstico, avaliação e intervenção, permitindo a replicabilidade de resultados em diferentes contextos (Gonçalves, 1999).

Posto isto, é importante realizar uma contextualização histórica a fim de melhor compreender o fenómeno da psicopatia, assim como todo o seu desenvolvimento e evolução científica no decorrer dos anos.

## **Enquadramento histórico**

Ao explorar o desenvolvimento do conceito da psicopatia ao longo do tempo, é fundamental referir o trabalho realizado pelo médico francês Phillipe Pinel (Filho et al., 2009). Através do seu trabalho, Pinel apresentou as primeiras descrições científicas de padrões emocionais e comportamentais que vão ao encontro do que é considerado psicopatia na atualidade (Arrigo & Shipley, 2001). Pinel, por volta de 1801, introduziu o conceito de *manie sans delire* (i.e., mania sem delírio) para designar indivíduos que agiam de forma atípica e agressiva para consigo próprio ou para com outros, porém mantinham um perfeito entendimento de carácter condenável das suas ações e, como tal, não podiam ser considerados indivíduos delirantes (Arrigo & Shipley, 2001).

No seguimento do trabalho de Pinel surge uma nova referência, Pritchard, um psiquiatra inglês que, em 1835, introduziu o termo *moral insanity* (i.e., insanidade moral) para descrever indivíduos cuja moralidade e princípios de conduta estavam gravemente pervertidos, refletindo-se em comportamentos antissociais (Cantero, 1993). O autor propõe intervenções ambientais como forma de lidar com a perturbação argumentando que ao fornecer um ambiente adequado, seria possível auxiliar estes indivíduos na integração num meio apropriado para superar o problema (Cantero, 1993). A perspetiva avançada por Pritchard destaca a importância da influência do meio na compreensão do fenómeno e intervenção/reabilitação na psicopatia (Cantero, 1993).

Apesar dos avanços de Pinel e Pritchard, o termo “psicopatia” surge apenas no final do século XIX com o psiquiatra alemão Koch (Gonçalves, 1999). Koch apresentou, em 1888, uma nova proposta de conceito como resposta à problemática introduzida por Pritchard (Gonçalves, 1999). Koch apresenta o conceito de “Inferioridade Psicopática”, apesar de ser um conceito que não significa o mesmo atualmente. Este conceito abrange todas as perturbações da personalidade, congénitas ou adquiridas que tivessem influência na vida pessoal do indivíduo e que, embora não fossem consideradas patologias mentais, davam a entender que as suas faculdades mentais estavam comprometidas (Gonçalves, 1999).

Apesar da terminologia criada por Koch, é Kraepelin que (entre 1886 e 1915) introduz o termo “personalidade psicopática”, que é utilizado ainda nos dias de hoje

(Lykken, 1995). Essa designação é parte de uma tipologia mais ampla de treze categorias desenvolvida por Kraepelin que procurava descrever um tipo de indivíduo com indicadores de comportamento criminal desajustado ou imoral (Lykken, 1995).

O início do século XX é marcado por diversos desenvolvimentos importantes relativos ao estudo da psicopatia. Schneider, psiquiatra alemão, utilizou entre 1923 e 1955 o termo “personalidade psicopática” como uma categoria abrangente para descrever certas patologias, estabelecendo uma clara distinção entre os conceitos de doença mental e psicopatia. Schneider argumenta que é incorreto considerar como doença mental uma perturbação baseada em traços de personalidade (Cantero, 1993). Deste modo, o autor categoriza as personalidades psicopáticas em 10 grupos distintos: (1) Hipertímidos; (2) Depressivos; (3) Inseguros; (4) Fanáticos; (5) Carentes de valor; (6) Lábeis de humor; (7) Explosivos; (8) Apáticos; (9) Abúlicos; (10) Asténicos. O trabalho deste autor partiu do contributo dos seus antecessores (i.e., Koch e Kraepelin) correspondendo a uma tentativa de precisão do diagnóstico da psicopatia (Gonçalves, 1999).

Foi a partir de 1941 com a contribuição do trabalho de Hervey Cleckley, um psiquiatra americano, que se estabeleceu a conceção moderna de psicopatia (Evangelista, 2015). Ao longo da sua carreira na área clínica, Cleckley observou inúmeros casos de pacientes com patologias do foro mental sendo que dessa observação sobressaiu um grupo que, de acordo com o autor, apresentava um perfil único marcado por características afetivas e interpessoais. Dessas características destacam-se uma incapacidade de sentir culpa ou vergonha, baixa ansiedade, incapacidade para manter relações afetivas estáveis e comportamentos impulsivos e irresponsáveis (Evangelista, 2015). Através da sua obra *“The mask of Sanity: An Attempt to Clarify Some Issues About the So-Called Psychopathic Personality”* (1941), Cleckley procura dissociar o conceito de psicopatia do comportamento criminal, concentrando-se nas características de personalidade e nos comportamentos atípicos característicos destes indivíduos (Wilkowski & Robinson, 2008). Na sua obra, descreve vários casos de indivíduos psicopáticos focando-se também na forma como estes podem ser bem-sucedidos em sociedade (Skeem et al., 2011). Cleckley refere que os psicopatas têm tendência para, inicialmente, se mostrarem indivíduos confiantes, coerentes e simpáticos comparativamente aos restantes pacientes psiquiátricos (Skeem et al., 2011).

Cleckley não caracteriza os psicopatas enquanto seres perigosos, violentos ou cruéis, uma vez que os danos que causam a outrem surgem como segundas consequências derivadas da sua natureza (Skeem et al., 2011). O autor descreve o psicopata como

portador de uma “máscara da sanidade”; esta fachada de aparente sanidade apresentada por estes indivíduos acaba por não coincidir com as suas atitudes. Cleckley apresenta o termo “demência semântica” para descrever um déficit na compreensão dos sentimentos humanos que caracteriza estes indivíduos (Evangelista, 2015).

Na sua obra, o autor constrói uma lista de 16 características com base no perfil do psicopata, indicando os traços mais significativos da perturbação que detetou ao longo da sua prática clínica (Filho et al., 2009): 1) Charme superficial e boa inteligência; 2) Ausência de delírios e outros sinais de pensamento irracional; 3) Ausência de nervosismo e manifestações psiconeuróticas; 4) Não-confiabilidade; 5) Tendência à mentira e insinceridade; 6) Falta de remorso ou vergonha; 7) Comportamento antissocial inadequadamente motivado; 8) Juízo empobrecido e falha em aprender com a experiência; 9) Egocentrismo patológico e incapacidade para amar; 10) Pobreza generalizada em termos de reações afetivas; 11) Perda específica de *insight*; 12) Falta de reciprocidade nas relações interpessoais; 13) Comportamento fantasioso e não-convidativo sob influência de álcool e às vezes sem tal influência; 14) Ameaças de suicídio raramente levadas a cabo; 15) Vida sexual impessoal, trivial e pobremente integrada; 16) Falha em seguir um plano de vida.

O trabalho descritivo de Cleckley inspirou diversas investigações dentro do tema, sendo imprescindível para a criação do diagnóstico do DSM-II de "Transtorno de Personalidade, Tipo Antissocial" (APA, 1968). No entanto, assim como outras descrições de transtornos de personalidade presentes no manual, a caracterização de indivíduos que se enquadram nesse diagnóstico (e.g., indivíduos egocêntricos, insensíveis, irresponsáveis, impulsivos e incapazes de sentir culpa) era bastante vaga exigindo avaliação clínica que, por sua vez, gerava preocupações relativamente à fiabilidade entre avaliadores (Skeem et al., 2011).

Na sequência deste trabalho surgem outros autores, McCord e McCord e Robins que, contrariamente a Cleckley (que trabalhou com pacientes psiquiátricos), estudaram os traços psicopáticos em amostras forenses. A sua visão descreve uma psicopatia mais perturbada e desajustada, frequentemente hostil, agressiva, impulsiva e com uma tendência à exploração parasitária (Skeem et al., 2011).

McCord e McCord (1964), fizeram uma revisão da literatura existente relativa ao conceito de psicopatia que resultou na classificação de seis descritores que remetem para traços de personalidade: 1) guiar-se por desejos incontrolláveis; 2) isolamento social; 3)

fraca capacidade para sentir culpa e empatia; 4) capacidade deturpada de amar 5) impulsividade elevada 6) agressividade (Evangelista, 2015). Os autores destacam a falta de sentimentos de culpa e de empatia que se traduzem numa forma particular de ver os outros, tratando-os como objetos que podem ser úteis para obter algo (Miller & Lynam, 2015). Para acrescentar, McCord e McCord (1964) descrevem os psicopatas como indivíduos antissociais, agressivos, egocêntricos, extremamente impulsivos, incapacitados de manter laços afetivos e com baixa tolerância à frustração (Gonçalves, 2010).

Lee Robins (1966), por sua vez, avançou com uma descrição comportamental da psicopatia que contribuiu para a descrição da sintomatologia da Antisocial Personality Disorder (ASPD) presente no Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders III (DSM-III) (APA, 1980). A autora procurou esclarecer o diagnóstico de psicopatia, excluindo indicadores que poderiam remeter para esquizofrenia e para outros comportamentos antissociais relacionados com o consumo de substâncias e atraso mental (Gonçalves, 2010). Robins defendia que esta clarificação do conceito respondia às necessidades de se estabelecerem critérios para obter um diagnóstico mais concreto desta perturbação (Gonçalves, 2010). Assim sendo, através do seu trabalho, construiu-se um diagnóstico de psicopatia baseado em aspetos comportamentais e objetivos e não fatores de natureza clínica (Gonçalves, 2010).

Na sequência dos trabalhos de Harvey Cleckley, um autor cujo trabalho contribuiu de forma incontestável para o estudo do conceito da psicopatia (e para a sua avaliação) foi Robert Hare. O seu trabalho desenvolveu-se com grande influência dos estudos de Cleckley (1941/1976) e de McCord e McCord (1964).

Hare, contrariamente a outros autores (e.g., Levenson, Kiehl, e Fitzpatrick, 1995 e Ross, Lutz, e Bailley, 2004) discorda da divisão da psicopatia em dois tipos, considerando o conceito de psicopatia unidimensional (Gonçalves, 2010). Hare (1970), descreve o psicopata como alguém incapaz de demonstrar empatia ou preocupação verdadeira pelos outros, utilizando a manipulação como ferramenta para satisfazer os seus próprios desejos e necessidades. Segundo o autor, estes indivíduos exibem também um charme superficial, o que os torna capazes de persuadir os outros, convencendo-os da sua inocência ou da sua motivação para mudar (Gonçalves, 2010).

Como referido anteriormente, Hare considera o conceito de psicopatia como unidimensional, composto por dois fatores correlacionados (Hare, 1980, 1991). Um dos fatores (Fator 1) está associado aos aspetos clínicos, ou seja, elementos de cariz

interpessoal e afetiva; o outro fator (Fator 2) está associado aos aspectos comportamentais, definindo o estilo de vida antissocial (Gonçalves, 2010). Deste modo, Hare defende que os indivíduos psicopáticos devem apresentar características de ambos os fatores para poderem ser classificados como tal (Gonçalves, 2010).

Hare (1980) foi responsável pela criação da primeira versão de uma escala de avaliação da psicopatia (*Psychopathy Checklist* - PCL; Hare, 1980). A criação de uma ferramenta de avaliação da psicopatia trouxe avanços significativos para a área; até ao momento, o diagnóstico era feito com recurso à avaliação clínica (Filho, 2009). Esta nova escala exigiu que os investigadores estabelecessem critérios operacionais que permitissem definir objetivamente o conceito (Filho, 2009). Para a criação desse instrumento, o autor elaborou critérios que refletem as diversas características de personalidade propostas por Cleckley (1941/1976), a sua experiência clínica, assim como diferentes comportamentos antissociais (Hare & Neumann, 2008). A escala de Hare viria a ser considerado o instrumento standardizado para a avaliação da psicopatia (Filho, 2009).

A PCL (Hare, 1980) é uma escala de avaliação constituída por 20 itens, utilizada em contexto de entrevista semiestruturada e que toca em diversos aspetos da vida do participante. A escala é composta por itens avaliados numa escala de três pontos (0-1-2) que são pontuados de acordo com a ausência, presença moderada ou forte de cada uma das características descritas pelos itens (Hare, 1991; Cooke & Michie, 2001). A pontuação final calculada com a soma da pontuação individual de cada item, reflete o grau em que o indivíduo se assemelha ao protótipo de psicopatia (Evangelista, 2015).

Os estudos (Hare, Harpur, Hakistan, Forth & Hart, 1990) realizados com recurso ao PCL e à sua primeira versão revista (*Psychopathy Checklist – Revised* - PCL-R (Hare, 2003) validam a existência de dois fatores correlacionados: o Fator 1 (i.e., Características Afetivas e Interpessoais) e o Fator 2 (i.e., Desviância Social).

Dentro do Fator 1 destacam-se características como a arrogância, grandiosidade, manipulação, mentira compulsiva, incapacidade de estabelecer laços afetivos, ausência de empatia, ausência de culpa ou remorsos e a irresponsabilidade pelos seus atos (Evangelista, 2015). Por outro lado, o Fator 2 considera a impulsividade, ausência de objetivos, irresponsabilidade, delinquência juvenil e a tendência para violar normas (Evangelista, 2015). Apesar da ligação estabelecida entre a psicopatia e o comportamento antissocial, Hare não considera que psicopatia e criminalidade sejam sinónimos; apesar de os indivíduos com traços psicopáticos apresentarem um alto risco de violarem as

normas sociais, muitos deles acabam por conseguir evitar o contacto com a Justiça (Evangelista, 2015).

O Modelo PCL sofreu modificações ao longo dos anos. Outros autores (e.g., Cooke & Michie, 2001) não consideram o comportamento antissocial como um elemento fundamental da psicopatia, mas sim uma consequência dos défices interpessoais e afetivos. Assim sendo, defendendo que este modelo unitário não é sustentável, desenvolvem um modelo alternativo composto por três fatores: Interpessoal (Fator 1), Afetivo (Fator 2) e Impulsivo (Fator 3) (Filho, Teixeira & Almeida, 2014); este modelo propõe a exclusão de alguns itens relacionados com condutas criminais (Filho, Teixeira & Almeida, 2014).

Seguindo o modelo de Cooke & Michie (2001), Hare (2003) apresenta um novo modelo onde divide os dois fatores iniciais em quatro: Afetivo (Fator 1), Interpessoal (Fator 2), Estilo de vida (Fator 3) e Antissocial (Fator 4), sendo que o Fator 4 engloba características como versatilidade criminal, delinquência juvenil e deficiente controlo comportamental. É importante salientar que, apesar dos novos modelos, é o modelo inicial que continua a ser o mais consensual (Skeem et al., 2011).

Apesar do seu destaque, o modelo PCL-R não está isento de críticas. As altas pontuações encontradas estão relacionadas ao facto de a escala ter sido desenvolvida através de amostras forenses e não da comunidade geral (Skeem et al., 2011). A construção com base em amostras criminais acaba por resultar em itens específicos relacionados com o crime (como a versatilidade criminal ou violação da liberdade condicional), bem como referências a comportamentos criminosos que também se manifestam noutros itens (e.g., manipulação e problemas de comportamento). Essa abordagem pode incentivar uma visão de que indivíduos com traços psicopáticos elevados vão, inevitavelmente, cometer crimes (Skeem et al., 2011).

As críticas apresentadas ao modelo PCL levaram ao surgimento de novos modelos de enquadramento para a psicopatia. É nesse seguimento que emerge o Modelo Triárquico da Psicopatia (Patrick et al., 2009).

## **Modelo Triárquico**

Patrick, Fowles e Krueger (2009) desenvolveram o Modelo Triárquico da Psicopatia. Este, contrariamente ao modelo PCL, é um modelo multifatorial uma vez que destaca áreas de intervenção e tratamento (Patrick et al., 2012). Este é um modelo de dois processos consistindo numa teoria etiológica que requer de mecanismos distintos

subjacentes às características interpessoais e afetivas (i.e., malvadez e ousadia) e antissociais (i.e., desinibição) da psicopatia (Skeem et al., 2011).

O Modelo Triárquico da Psicopatia foi desenvolvido através de uma análise das características psicopáticas apresentadas em modelos anteriores e caracteriza a psicopatia segundo três componentes fenotípicos: a desinibição (*disinhibition*), a ousadia (*boldness*) e malvadez (*meanness*) (Patrick et al., 2009). Estes três construtos, apesar de possuírem identidades fenotípicas distintas e de poderem ser medidos e compreendidos separadamente, encontram-se interrelacionados em alguns níveis (Patrick et al., 2009). A malvadez e a desinibição refletem-se, respetivamente, no Fator 1 e Fator 2 do modelo PCL-R (Hare, 2003) apesar de terem origens etiológicas diferentes (i.e., a desinibição relaciona-se com a vulnerabilidade para a externalização e a malvadez com o traço de baixo medo; Evangelista, 2015). Estes componentes são representados por três fatores que permitem uma compreensão da psicopatia nas suas várias manifestações (i.e., primária e secundária, criminal e não criminal, estável ou agressiva e bem-sucedidos e malsucedidos; Patrick et al., 2009).

Posto isto, é importante fazer a distinção e a caracterização dos três construtos começando pela desinibição, de seguida a ousadia e, por fim, a malvadez.

### **- Desinibição**

O conceito da desinibição é utilizado para descrever uma propensão fenotípica geral para problemas no controlo dos impulsos que se traduz numa incapacidade de controlo comportamental, incapacidade de fazer planos e previsão de futuro, baixa tolerância à frustração, agressividade e regulação prejudicada de afetos e impulsos (Patrick, Drislane & Strickland, 2012). Na desinibição encontram-se conceitos relacionados, sendo a ausência de controlo inibitório, a externalização e a psicopatologia desinibitória (Patrick & Drislane, 2012).

Em termos de personalidade, a desinibição pode ser vista como um ponto de ligação entre a afetividade negativa e a impulsividade (Sher & Trull, 1994). Esta pode manifestar-se a nível comportamental de diversas formas incluindo a falta de paciência, irresponsabilidade, ações impulsivas que levam a consequências negativas, alienação e desconfiança, comportamento agressivo, falta de confiança, propensão a problemas com

drogas e álcool e envolvimento em atividades ilícitas, assim como outros comportamentos antissociais (Krueger et al., 2007).

Como já mencionado, a externalização está ligada a uma maior afetividade negativa; altos níveis de externalização estão associados a uma maior incidência de problemas de internalização (i.e., humor e ansiedade) na infância e idade adulta, assim como o suicídio (Verona & Patrick, 2000). É importante referir que o diagnóstico de psicopatia é apenas aplicável quando as tendências para a externalização estão associadas à malvadez e ousadia (Patrick et al., 2009); neste sentido, a desinibição, por si só, não representa a psicopatia.

### **- Ousadia**

A ousadia é um conceito enraizado na dominância social, na tolerância à exposição ao perigo e ao desconhecido, na autoconfiança, na capacidade de permanecer calmo em situações que envolvam pressão ou ameaça e na resiliência emocional (Venables, Hall & Patrick, 2013).

Na literatura da psicopatia surgem conceitos semelhantes como *fearless temperament* ou *fearless dominance* (Benning et al., 2005). No Modelo Triárquico, analisando a ousadia em termos de personalidade, este construto apresenta características como a ausência de medo, incapacidade de aprender através da punição, baixa reatividade ao stress, procura de sensações, capacidade de persuasão e bravura (Patrick et al., 2009). Embora este construto inclua características adaptativas, este também se encontra associado a certas tendências de desadaptação como narcisismo, busca de emoções, falta de empatia, entre outros (Benning, et al., 2005).

No modelo PCL a ousadia não se encontra bem representada e, portanto, a PCL-R não seria uma medida eficaz (quando separada da desinibição; Skeem, et. al., 2011).

### **- Malvadez**

Por último, a malvadez reflete a tendência para a falta de empatia e de sensibilidade para com o outro, relações emocionais superficiais, crueldade e exploração do outro, estando associada a elementos como a ausência de emoções, o antagonismo e a frieza emocional (Patrick et al., 2009). Contrariamente ao conceito do evitamento social (“*moving away from people*”), a malvadez implica uma exploração abusiva dos outros (Patrick et al., 2009). As manifestações comportamentais da malvadez são o desafio à

autoridade, a arrogância, a crueldade, a inexistência de relações próximas, a procura de sensações através de comportamentos autodestrutivos e a exploração do outro sem qualquer sentimento de culpa (Patrick et al., 2009). Indivíduos com níveis elevados de malvadez adotam um estilo de vida em que não pensam nas consequências dos seus atos (Skeem, et. al., 2011).

Patrick (2010), com base no Modelo Triárquico, desenvolveu o instrumento denominado de *Triarchic Psychopathy Measure* (TriPM) cujo intuito seria avaliar os três construtos em adolescentes e adultos (Evans, 2016). Nesta escala de 58 itens, os três elementos mencionados (i.e., desinibição, ousadia e malvadez) são avaliados separadamente. Dos 58 itens, 20 correspondem à medida de desinibição, 19 à medida de ousadia e 19 à medida de malvadez, sendo que as medidas apresentam uma escala de Lykkert de quatro pontos com as seguintes opções de resposta: falso, moderadamente falso, moderadamente verdadeiro e verdadeiro. A TriPM é uma escala de auto-preenchimento e não requer uma extensa revisão de relatórios ou documentos, sendo um instrumento que se pode aplicar de forma rápida e económica (Evans, 2016). A TriPM também não depende de amostras criminais, sendo capaz de abranger diferentes expressões dos traços psicopáticos em amostras de origens distintas (Evans, 2016).

Estudos recentes (Shou, Sellbom & Xu, 2017), sugerem que a integridade estrutural dos itens do TriPM acarreta problemas em representar as características triárquicas. Com base nessas críticas, Lynam, Miller, Vize e Neumann (2019) propuseram um modelo alternativo. No seu estudo, apesar de não terem encontrado suporte para um modelo de três fatores, encontraram suporte para um modelo composto por sete fatores retirados dos três construtos iniciais: Liderança, Imunidade ao Stress e autoimagem positiva (retirados da Ousadia), Calosidade Emocional e Sadismo (retirados da Malvadez) e Impulsividade e Antissocialidade (retirados da Desinibição). Estes sete fatores foram validados em cinco amostras diferentes (Lynam et al., 2019). Desta forma, seria possível disponibilizar uma base empírica para diferenciar, com mais precisão, indivíduos com diferentes expressões da psicopatia.

Após compreensão do conceito da psicopatia e das suas várias expressões é necessário abordar este tema fazendo uma distinção da expressão destes traços entre géneros.

## Psicopatia e Género

Como referido anteriormente, a psicopatia é um transtorno de personalidade caracterizado pelo egocentrismo, superficialidade, impulsividade e irresponsabilidade, configurando um conceito fundamental para a compreensão do comportamento criminoso e violento (Hare, 2003). Nesse sentido, a psicopatia é considerada um dos transtornos de personalidade mais graves e potencialmente prejudiciais, com consequências para as vítimas e para os próprios indivíduos (Leistico, Salekin, Decoster & Rogers, 2008). Os primeiros investigadores dentro da temática da psicopatia, apesar de terem descrito casos onde esta se encontra presente em mulheres, desenvolveram a pesquisa maioritariamente em amostras masculinas.

Devido ao facto de as mulheres demonstrarem menor incidência de comportamentos antissociais e de, geralmente, apresentarem um *onset* mais tardio (Silverthorn e Frick, 1999), diversos itens da PCL-R (Hare, 2003) demonstram-se desadequados para avaliar os traços da psicopatia em mulheres. Nesse sentido, é importante referir que a estrutura do modelo seria diferente em mulheres (Dolan & Völlm, 2009) e que, dessa forma, a psicopatia manifestar-se-ia de diferentes formas entre os sexos. Para uma melhor avaliação dos traços psicopáticos no sexo feminino, é necessário apurar a eficácia do PCL-R (Salekin, Rogers e Sewell, 1996).

Lilienfeld (1992), assim como Hamburger (1996), defendem que a psicopatia se manifesta de forma diferente entre homens e mulheres. Assim, os homens tendem a desenvolver um padrão de comportamento antissocial, enquanto as mulheres tendem a desenvolver um padrão histriónico (condição marcada por sedução, provocação, comportamentos dramáticos, vaidade e egocentrismo). Verona e colegas (2005), defendem que a psicopatia nas mulheres pode estar mais associada a comportamentos suicidas e sintomas internalizantes e nos homens a comportamentos externalizantes. Relativamente à agressão, Verona et al. (2005) propõem que as mulheres tendem a expressar a psicopatia por meio de agressão emocional, enquanto os homens através da agressão física.

Forouzan e Cooke (2005) consideraram que seria pouco credível avaliar mulheres com um modelo que não pressupõe diferenças entre ambos os sexos tendo descrito, em quatro áreas, de que forma é possível distinguir a psicopatia entre sexos: expressão comportamental (e.g., serem mais sedutoras), características interpessoais (e.g., menor sentido de grandiosidade), diferentes motivações psicológicas subjacentes aos

indicadores da psicopatia (e.g., comportamento promíscuo) e diferentes normativas sociais (e.g., dependência material mais socialmente aceite; Vogel e Lancel, 2016). Os autores referem que as diferenças entre ambos os sexos influenciam as relações interpessoais e o comportamento dos indivíduos, refletindo-se na forma como se comportam.

No que diz respeito à expressão comportamental, os homens expressam, frequentemente, impulsividade e problemas de controlo de impulsos, agindo de forma violenta. Por outro lado, as mulheres tendem a fugir, envolver-se em comportamentos autodestrutivos e manipulação (Rogstad & Rogers, 2008). A nível das características interpessoais, os homens têm tendência para ser manipuladores, enquanto as mulheres tendem a agir de forma sedutora. As características interpessoais da psicopatia são atenuadas em mulheres uma vez que, normalmente, não apresentam senso de grandiosidade nem padrões de superficialidade a menos que possuam a patologia de uma forma extrema (Rogstad & Rogers, 2008).

Forouzan e Cooke (2005) afirmam que as mulheres psicopatas podem envolver-se em comportamento sexual promíscuo devido ao desejo de explorar os seus companheiros, muitas das vezes movido por ganho financeiro. Por outro lado, os homens psicopatas parecem ser estimulados pela sua tendência para procurar atividade sexual ou sensações (Quinsey, 2002). Os autores sugerem que as normas sociais podem levar a uma aplicação desigual de certos critérios entre os sexos.

É também importante mencionar as diferenças no que concerne à trajetória de vida. Apesar das experiências de vitimação na infância, condições familiares precárias e fatores parentais estarem relacionados com a psicopatia em ambos os sexos (Farrington, 2003), MacMillan et al. (2001), afirma que as mulheres, ao longo da sua vida, apresentam maior probabilidade de desenvolver traços de psicopatia em comparação com os homens.

Num estudo de Yourstone (2008), estudaram-se as experiências durante a infância em homens e em mulheres condenados por homicídio. As mulheres homicidas descreveram um clima emocional e familiar instável (frequentemente envolvendo abuso sexual). Em comparação com os homens, o autor sugere que é necessário um nível mais elevado de frustração para despoletar violência na mulher com traços de psicopatia devido às expectativas criadas em volta do seu género e das normas emocionais que regulam o comportamento agressivo (Yourstone et al., 2008). Adicionalmente, as mulheres tendem a lidar com os problemas de uma forma mais introvertida e a internalizar as emoções

negativas, enquanto os homens tendem a externalizar as emoções e reagir de forma extrovertida (Yourstone et al., 2008).

Finalizada a parte teórica onde se mencionou todos os tópicos principais, nomeadamente a violência doméstica e a psicopatia assim como as suas diferenças de género, passaremos para a parte prática onde será delineada toda a investigação do presente estudo.

## Capítulo II – Estudo Empírico

### **Metodologia**

Após finalizar o enquadramento teórico, avançamos para a segunda parte do trabalho onde será apresentado o planeamento do estudo empírico. Neste capítulo abordar-se-á a metodologia a aplicar, assim como os objetivos e hipóteses do estudo, o método, os participantes e as suas características, os instrumentos e materiais utilizados, o procedimento e, para finalizar, será apresentada uma discussão de resultados esperados, assim como as limitações espectáveis.

#### **1.1 Objetivo e hipóteses**

O objetivo geral do presente projeto de graduação passa por compreender *as diferenças de género na expressão de traços psicopáticos em reclusos condenados por homicídios na sequência de crimes de violência doméstica*. A partir deste objetivo geral, foram delineados objetivos específicos ao qual se procura dar resposta:

- i. Perceber as diferenças de género na *malvadez* em reclusos condenados por homicídios em contexto de violência doméstica;
- ii. Perceber as diferenças de género na *desinibição* em reclusos condenados por homicídios em contexto de violência doméstica;
- iii. Perceber as diferenças de género na *ousadia* em reclusos condenados por homicídios em contexto de violência doméstica;
- iv. Perceber o impacto dos traços psicopáticos nos fatores de risco para a escalada de violência na violência doméstica.
- v. Perceber o impacto das variáveis sociodemográficas (i.e., nível de escolaridade; exposição de violência doméstica em contexto alargado ou no núcleo familiar próximo durante a infância; histórico criminal; idade; número de infrações cometidas).

Após descrição dos objetivos específicos, apresentam-se algumas hipóteses que se pretendem testar nesta investigação:

- i. Os reclusos do sexo masculino apresentam, tendencialmente, níveis mais elevados de *desinibição* do que os reclusos do sexo feminino;

- ii. As reclusas do sexo feminino apresentam, tendencialmente, níveis menos elevados de *ousadia* do que os os reclusos do sexo masculino;
- iii. Os reclusos do sexo masculino apresentam, tendencialmente, níveis mais elevados de *malvadez* do que os reclusos do sexo feminino;
- vi. Explorar as diferenças de gênero na psicopatia em interação com os fatores de risco para a escalada de violência na VD (humilhação e culpabilização; controlo; violência física grave e lesões; violência física e lesões; abuso infantil; monitoramento; abuso de animais de estimação);
- vii. Explorar as diferenças de gênero na psicopatia em interação com as Variáveis sociodemográficas (i.e., nível de escolaridade; exposição de violência doméstica em contexto alargado ou no núcleo familiar próximo durante a infância; histórico criminal; idade; número de infrações cometidas).

## 1.2 Método

O presente estudo configura uma investigação quantitativa com aplicação de questionários e escalas para explorar as diferenças de gênero na psicopatia em contexto da violência doméstica com escalada para o homicídio, dando especial destaque aos traços de psicopatia, fatores de risco de escalada da VD e outras variáveis de cariz sociodemográfico (i.e., nível de escolaridade; exposição de violência doméstica em contexto alargado ou no núcleo familiar próximo durante a infância; histórico criminal; idade).

O tipo de investigação pode ser descrito como comparativo e correlacional, sendo um estudo considerado exploratório. Dessa forma, o objetivo passa por investigar e compreender a relação entre as variáveis em questão, procurando contribuir para o conhecimento empírico em matéria de avaliação de risco. Assim sendo, o objetivo desta investigação passa por expandir o conhecimento nestas áreas de forma a auxiliar a intervenção neste tipo de situações de extrema violência no que diz respeito à reinserção social, pois estes indivíduos certamente apresentarão necessidades de intervenção específicas e distintas dos demais.

### 1.3 Participantes

A amostra que se pretende integrar nesta investigação é composta por reclusos dos Estabelecimentos Prisionais do país. Sendo um universo reduzido (i.e., homens e mulheres condenados por homicídio em contexto de VD), pretende-se incluir todos os indivíduos disponíveis que correspondam aos critérios estabelecidos. Neste sentido, não serão aplicadas técnicas de amostragem. De forma a garantir resultados de relevo pretende-se um número amostral mínimo de  $N = 80$  (40 homens e 40 mulheres), tendo em conta as seguintes características:

- i. Reclusos do sexo feminino e masculino condenados pelo crime de homicídio como resultado do escalar de violência doméstica;
- ii. Exclusão de indivíduos considerados inimputáveis pelo Sistema de Justiça.

### 1.4 Instrumentos

Para ser possível cumprir os objetivos anteriormente delineados, serão aplicados questionários e escalas psicométricas para estudar as variáveis pretendidas, nomeadamente a Medida Triárquica da Psicopatia (TriPM- Triarchic Psychopathy Measure; sendo que a versão a utilizar será a Versão Portuguesa de Vieira, Almeida, Ferreira-Santos, Moreira, Barbosa e Marques-Teixeira (2014). Será aplicado um questionário de levantamento de fatores de risco para a VD (i.e., Artemis Intake Questionnaire) e, por fim, um formulário relativo às características sociodemográficas.

- i. Formulário Individual de Dados Sociodemográficos

O formulário contém questões de resposta rápida acerca da idade, estado civil, nível de escolaridade, exposição de violência doméstica em contexto alargado ou no núcleo familiar próximo durante a infância, histórico criminal (se é recluso primário ou reincidente), idade e número de infrações cometidas.

- ii. Medida Triárquica da Psicopatia (TriPM; Patrick, 2010)

A Medida Triárquica da Psicopatia (TriPM; Patrick, 2010) consiste num questionário de autopreenchimento composto por 58 itens. A TriPM está dividida em três componentes: Ousadia (*Boldness*), Malvadez (*Meanness*) e

Desinibição (*Disinhibition*). As respostas possuem quatro opções: verdadeiro; moderadamente verdadeiro; moderadamente falso; falso, onde os participantes devem responder consoante a sua opinião (Patrick, 2010).

A escala da ousadia é composta por 19 itens e foca-se nas tendências resultantes da ausência de medo como: persuasão, dominância, resiliência, autoconfiança, coragem, procura por aventura e tolerância ao inesperado (Patrick, 2010). A escala da malvadez é composta por 19 itens e foca-se na falta de empatia, agressividade, procura de sensações, agressividade destrutiva, agressividade física e desonestidade (Patrick, 2010). A escala da desinibição é composta por 20 itens e foca-se em traços como: impulsividade, irresponsabilidade, impaciência, alienação, baixa confiabilidade e falta de habilidade de planeamento (Patrick, 2010).

iii. Artemis Intake Questionnaire (Strauchler et al., 2004)

Este questionário, composto por 64 itens, é uma ferramenta importante para dar apoio a vítimas de violência doméstica. Os itens estão categorizados em 7 fatores distintos: (1) humilhação e culpabilização, (2) controlo, (3) violência física grave e lesões, (4) violência física e lesões, (5) abuso infantil, (6) monitoramento e (7) abuso de animais de estimação (Strauchler et al., 2004). Por ser uma ferramenta cuja sua composição é direcionada para a vítima, será necessária uma adaptação da mesma de forma a poder avaliar o agressor de violência doméstica. A tradução do AIQ será concebida pelos investigadores utilizando um método do tipo *translations/backtranslation*.

## 1.5 Procedimento

O estudo será aplicado a, no mínimo, 80 reclusos (40 de cada sexo) e o projeto será submetido à Comissão de Ética da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa e, após aprovação, será necessário desenvolver um requerimento formal de autorização à Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. No requerimento serão descritos todos os objetivos do estudo, protocolo experimental, os instrumentos que irão ser utilizados e os Estabelecimentos Prisionais pretendidos a visitar. Após autorização, será necessário estabelecer contacto com os Estabelecimentos

Prisionais para agendamento da aplicação dos questionários. É importante salientar que depois do contacto com as instituições, será fundamental questionar quantos indivíduos estão condenados pelo crime de homicídio como resultado do escalar de violência doméstica.

Tendo em total consideração a confidencialidade e o anonimato correspondentes a todo o processo de participação. Os participantes serão informados que a sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, não tendo qualquer benefício ou prejuízo na sua situação jurídica individual e também que as informações recolhidas não serão partilhadas com algum serviço externo ou interno ao Estabelecimento Prisional onde estão alocados. Assim sendo, para garantir o consentimento informado dos participantes, foi desenvolvido um formulário específico (Anexo C) que será lido e explicado à população reclusa envolvida, tal como assinado pela mesma.

Serão administrados na recolha de dados o formulário sociodemográfico com recurso ao processo individual, a escala TriPM e o questionário Artemis Intake Questionnaire, sendo possível o autopreenchimento em grupos de 2 indivíduos numa sala sem supervisão dos guardas, com apoio do investigador para o caso de surgirem confusões. O preenchimento da bateria de testes durará cerca de 15/20 minutos e, em caso de dúvida, é necessário esclarecer e auxiliar os participantes.

Posteriormente à recolha de dados, os mesmos terão de ser inseridos numa base de dados criada no *software* Microsoft Excel sendo depois transferida para o *software* estatístico IBM SPSS Statistics 25. Neste *software* serão desenvolvidos testes t de student para comparar os homens e as mulheres, análises de correlação de spearman (para relacionar as variáveis) e análises de regressão (para testar modelos com as variáveis analisadas).

## **1.6 Discussão de resultados esperados**

De acordo com a literatura no tema, espera-se que os reclusos que apresentam graus mais elevados de psicopatia demonstrem uma maior tendência para o escalar da violência no contexto da VD, potencialmente resultando em homicídio.

De acordo com as hipóteses apresentadas é de esperar que se existir mais psicopatia, há uma maior prevalência dos fatores de risco (Soeiro e Gonçalves, 2010).

O construto da desinibição é utilizado para descrever uma tendência para problemas no controlo dos impulsos que se traduz em incapacidade de controlo comportamental

(Patrick, Drislane & Strickland, 2012). Esta pode exprimir-se através da falta de paciência, ações impulsivas que levam a consequências negativas, comportamento agressivo, falta de confiança e propensão a problemas com drogas e álcool (Krueger et al., 2007). Neste sentido, é esperado que os reclusos do sexo masculino apresentem níveis mais elevados de desinibição, dado que a expressão da psicopatia nos homens está mais associada a comportamentos externalizantes (Verona e colegas, 2005). Para além disso, a literatura refere que os homens expressam mais frequentemente impulsividade e problemas de controlo de impulsos (agindo de forma violenta; Rogstad & Rogers, 2008), do que as mulheres; no caso do feminino, são necessários níveis mais elevados de frustração (Yourstone et al., 2008).

O construto da ousadia traduz-se na eficácia e dominância social (Venables, Hall & Patrick, 2013). Este construto exprime-se através da ausência de medo, incapacidade de aprender através da punição, baixa reatividade ao stress e procura de sensações (Patrick et al., 2009). Especula-se que os reclusos do sexo feminino apresentem, tendencialmente, níveis menos elevados de *ousadia*, dado que a psicopatia nas mulheres está mais associada a comportamentos suicidas e sintomas internalizantes (Verona e colegas, 2005). As mulheres tendem a fugir das situações, envolvendo-se em comportamentos autodestrutivos, o que colide com as características primordiais da ousadia (Rogstad & Rogers, 2008).

O construto da malvadez reflete a tendência para a falta de empatia e de sensibilidade para com o outro, relações emocionais superficiais, crueldade e exploração do outro e está associada a elementos como a ausência de emoções, o antagonismo, a frieza emocional e a exploração abusiva dos outros (Patrick et al., 2009). Este construto exprime-se através do desafio e confronto de autoridade, da crueldade física, da inexistência de relações próximas e da exploração do outro sem qualquer sentimento de culpa (Patrick et al., 2009). Especula-se que os reclusos do sexo masculino apresentem, tendencialmente, níveis mais elevados de *malvadez*, dado que os homens tendem a agir de forma mais violenta e manipuladora (Rogstad & Rogers, 2008). Os homens são estimulados pela sua tendência para procurar atividade sexual ou sensações (Quinsey, 2002) e, contrariamente às mulheres, tendem a apresentar senso de grandiosidade e padrões de superficialidade, que espelham as características centrais do construto da *malvadez* (Rogstad & Rogers, 2008).

Esperam-se, de mesmo modo, diferenças de gênero na psicopatia em interação com os fatores de risco para a escalada de violência na VD (i.e., humilhação e culpabilização, controlo, violência física grave e lesões, violência física e lesões, abuso infantil, monitoramento e abuso de animais de estimação). No caso da violência, quando esta é aplicada por homens, tende a ser física, procurando instalar o poder e o medo na vítima. Por outro lado, a violência aplicada pelas mulheres tende a ser psicológica, incluindo o abuso emocional e mental (Kumar, 2012). Relacionando a violência doméstica com a psicopatia, os reclusos com um nível de malvadez e desinibição mais elevados apresentarão uma tendência para agir de forma mais violenta (Rogstad & Rogers, 2008); os homens tendem a expressar a psicopatia por meio de agressão física e as mulheres por meio de agressão emocional e sexual, agindo de forma mais sedutora (Verona et al., 2005; Rogstad & Rogers, 2008). No que diz respeito ao abuso infantil e exposição a situações de abuso na família, as experiências de vitimação na infância, as condições familiares precárias e fatores parentais tendem a estar relacionados com a psicopatia em ambos os sexos (Farrington, 2003), especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento da psicopatia secundária.

Relativamente à humilhação, controlo e monitorização, estas são formas de expressão da VD consideradas dentro do alcance da violência psicológica e o abuso emocional. A literatura considera que as mulheres têm uma maior probabilidade de sofrer de abuso de poder e de controlo (Hamberger et al., 1997) e que, por sua vez, o homem tende a sofrer de abuso verbal.

Através dos resultados extraídos deste estudo, o objetivo é garantir uma intervenção atempada nos casos de violência doméstica para ser possível quebrar o ciclo da violência doméstica e não escalar para um caso extremo de violência, resultando em homicídio. Por fim, intervir de forma mais eficaz nos reclusos com características psicopáticas, reduzindo a reincidência.

## **1.7 Limitações esperadas**

Para desenvolver a investigação proposta neste projeto de graduação, antecipam-se algumas limitações no decorrer do processo:

- i. O acesso aos Estabelecimentos Prisionais é bastante complexo, envolvendo um complexo processo para garantir a aceitação da

investigação por parte da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

- ii. O universo de estudo pretendido é reduzido. Porém, apesar de existirem poucos casos, ao selecionar todos os existentes ter-se-ia uma amostra representativa deste universo; todos os indivíduos presentes nesta situação seriam incluídos no estudo.
- iii. Apesar de não se excluir a população reclusa com níveis de alfabetismo, poderia ser um problema aplicar as escalas e os questionários a indivíduos sem habilitações literárias. Contudo, a possível solução para essa limitação seria auxiliar esses indivíduos a responder aos materiais propostos, garantindo assim uma menor taxa de exclusão de um universo de estudo já em si reduzido.
- iv. É relevante referir a tendência de os participantes responderem às questões colocadas de acordo com a desejabilidade. Estes podem ser influenciados a responder consoante o que acreditam que será socialmente mais aceitável ou desejável. Para mitigar esta limitação, o investigador tentará apelar à honestidade do participante, garantindo-lhe que as suas respostas nunca serão divulgadas, dentro ou fora do Estabelecimento Prisional.
- v. É importante considerar a existência de indivíduos com problemas aditivos; esta condição poderá distorcer os resultados da investigação. A solução para esta limitação seria um cuidado acrescido na seleção dos participantes.
- vi. A existência de Estabelecimentos Prisionais Femininos é reduzida, sendo a sua concentração maioritariamente a centro e sul do país. Devido à reduzida quantidade de casos, a deslocação teria de ser feita por todo o país. A logística implicada é complexa e os recursos económicos afetos à deslocação seriam bastante elevados. A possível solução para esta limitação seria, após autorização, entrar em contacto com os diversos Estabelecimentos Prisionais situados a sul do país e propor o auxílio por parte dos técnicos para a aplicação dos materiais. Do mesmo modo, de forma a controlar os gastos económicos, seria viável a candidatura do projeto a algum tipo de bolsa de financiamento.

## Conclusão

Ao longo do tempo, a violência doméstica e a psicopatia têm sido alvo de diversos estudos como forma a aprofundar o conhecimento e compreensão destes fenômenos, das suas causas e das possíveis soluções. Através deste trabalho foi realizado um levantamento teórico dos avanços científicos em ambas as áreas, assim como das ferramentas eficazes para as avaliar.

Concluiu-se que a violência doméstica é um problema social severo, com uma demorada resolução. Este é um fenómeno muito enraizado na cultura que traz inúmeras consequências graves e duradouras para a vítima e para a sua família. Nos casos mais extremos, pode culminar num homicídio. Nesse sentido, é importante a transmissão de informação acerca deste fenómeno de forma a capacitar os indivíduos envolvidos para a intervenção e, assim, quebrar o ciclo. Concluiu-se que a psicopatia é um construto psicológico cuja literatura científica se tem vindo a formar, ao longo de décadas, com base em diferentes opiniões clínicas e científicas. Por ser um construto ainda não claramente definido, continua a ser vastamente estudado. A nível das diferenças de gênero, concluiu-se que devido às características que definem a psicopatia, quando este transtorno interage com o contexto da violência doméstica a tendência será para gerar resultados mais severos com consequências mais alarmantes. Por esta razão, é essencial estudar de que forma a psicopatia interage com a violência doméstica.

A proposta de investigação foi apresentada com o objetivo de expandir conhecimento e dar a conhecer as diferenças de gênero entre ambas as áreas, promovendo a prevenção na área da violência doméstica e a intervenção em matéria de reinserção social com indivíduos com necessidades criminógenas específicas que poderão surgir como resultado da expressão de determinados traços psicopáticos.

## Referências Bibliográficas

- Almeida Teles, M. A., & de Melo, M. (2017). *O que é violência contra a mulher*. Brasiliense.
  
- Andrade, C. D. J. M., & Fonseca, R. M. G. S. D. (2008). Considerações sobre violência doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da família. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 42, 591-595. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342008000300025>
  
- Andrade, M. C. (2007). Violência contra mulheres entre usuárias de serviços públicos de saúde da Grande São Paulo. *Revista de Saúde Pública*, 41, 359-367. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102007000300006>
  
- Arrigo, B.A., & Shipley, S. (2001). The confusion over psychopathy (I): historical considerations. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 45(3), 325-344. DOI: <https://doi.org/10.1177/0306624X01453005>
  
- Bandura, A. (1979). The social learning perspective: Mechanisms of aggression. In H. Toch (Ed.), *Psychology of crime and criminal justice* (pp. 198–236). Waveland Press
- Barber, C. F. (2008). Domestic violence against men. *Nursing Standard (through 2013)*, 22(51), 35. DOI: <https://doi.org/10.7748/ns2008.08.22.51.35.c6644>
  
- Barbosa, A., Quadros, F., & Ribeiro, L. (2012). Reincidência criminal: Tópicos de avaliação e intervenção biopsicossocial. *Livpsic. Porto*.
  
- Barnish, M. (2004). Domestic violence: A literature review. HM Inspectorate of Probation.
  
- Bittencourt, N. A. (2015). Movimentos Feministas. *InSURgência: Revista De Direitos E Movimentos Sociais*, 1(1), 198–210. DOI: <https://doi.org/10.26512/insurgencia.v1i1.18804>

- Bonta, J. (2002). Offender risk assessment: Guidelines for selection and use. *Criminal justice and behavior*, 29(4), 355-379. DOI: <https://doi.org/10.1177/0093854802029004002>
  
- Bourdieu, P. (2014). 2002. A dominação Masculina—tradução Maria Helena Kühner. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/BOURDIEU\\_Pierre\\_A\\_domina%C3%A7%C3%A3o\\_masculina.pdf?1332946646](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/BOURDIEU_Pierre_A_domina%C3%A7%C3%A3o_masculina.pdf?1332946646)
  
- Caldwell, J. E., Swan, S. C., & Woodbrown, V. D. (2012). Gender differences in intimate partner violence outcomes. *Psychology of Violence*, 2(1), 42–57. DOI: <https://doi.org/10.1037/a0026296>
  
- Cantero, F. (1993). ?Quién es el psicópata? In V. Garrido Genovés (Org.), *Psicópata: Perfil psicológico y reeducación del delicuyente más peligroso* (pp. 16-46) Valência: Tirant lo Blanch.
  
- Carrilho, M. S. G. (2018). *O crime de violência doméstica e a proteção da vítima* (Master's thesis). Disponível em: <http://hdl.handle.net/11067/3845>
  
- Coker, A. L., Davis, K. E., Arias, I., Desai, S., Sanderson, M., Brandt, H. M., & Smith, P. H. (2002). Physical and mental health effects of intimate partner violence for men and women. *American journal of preventive medicine*, 23(4), 260-268. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0749-3797\(02\)00514-7](https://doi.org/10.1016/S0749-3797(02)00514-7)
  
- Cooke, D. J., & Michie, C. (2001). Refining the construct of psychopathy: Towards a hierarchical model. *Psychological Assessment*, 13(2), 171–188. DOI: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/1040-3590.13.2.171>
  
- Costa Magalhães, B. R. (2005). As marcas do corpo contando a história: um estudo sobre a violência doméstica. Ufal.
  
- Coulanges, F. de. A Cidade Antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma. São Paulo: Hemus, 1996. Disponível em: <https://latim.paginas.ufsc.br/files/2012/06/A-Cidade-Antiga-Fustel-de-Coulanges.pdf>

- Day, V. P., Telles, L. E. D. B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F. D., Machado, D. A., Silveira, M. B., ... & Blank, P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 25, 9-21. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-81082003000400003>
  
- Diniz, G. R. S., & Angelim, F. P. (2003). Violência doméstica. *Revista de Psicologia da UNESP*, 2(1), 16-16.
  
- Dolan, M., & Vollm, B. (2009). Antisocial personality disorder and psychopathy in women: A literature review on the reliability and validity of assessment instruments. *International Journal of Law and Psychiatry*, 32, 2–9. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2008.11.002>
  
- Duarte, M. (2011). Violência doméstica e sua criminalização em Portugal: obstáculos à aplicação da lei. *Sistema Penal & Violência*, 3(2).
  
- Evangelista, S. I. F. (2015). *Psicopatia, personalidade e expressividade emocional* (Master's thesis). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/6815>
  
- Evans, L., & Tully, R. J. (2016). The Triarchic Psychopathy Measure (TriPM): Alternative to the PCL-R? *Aggression and Violent Behavior*, 27, 79– 86. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2016.03.004>
  
- Feiteira, L. (2011). Manual de avaliação de risco. *Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz. Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa*.
  
- Fernandes, V. D. S. (2014). Violência contra a mulher no Brasil e no Mundo. *Cadernos Jurídicos, São Paulo*, 15(38), 21-34.
  
- Forouzan, E., & Cooke, D. J. (2005). Figuring out la femme fatale: conceptual and assessment issues concerning psychopathy in females. *Behavioral Sciences & The Law*, 23, 765-778. Doi: <https://doi.org/10.1002/bsl.669>

- Francisco, C. P. D. S. (2012). *APAV–Associação Portuguesa de Apoio à Vítima* (Master's thesis). Disponível em: <http://hdl.handle.net/11144/180>
- Ganley, A. L. (1995). Understanding domestic violence. *Improving the health care response to domestic violence: A resource manual for health care providers*, 15-42.
- Garcia, C. C. (2018). Breve história do feminismo (Vol. 1). Claridade.
- Gonçalves, D. S. M. (2020). *Fatores de risco preditores de episódios de Violência Doméstica repetida: Avaliação de risco focalizada nas vítimas* (Doctoral dissertation, Universidade de Coimbra). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/94875>
- Gonçalves, R. A. (1999b). Personalidade: O lado anti- social. *Psychologica*, 22, 83-101.
- Hamberger, L. K., Lohr, J. M., Bonge, D., & Tolin, D. F. (1997). An empirical classification of motivations for domestic violence. *Violence against women*, 3(4), 401-423. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077801297003004005>
- Hamburger, M. E., Lilienfeld, S. O., & Hogben, M. (1996). Psychopathy, gender, and gender roles: Implications for antisocial and histrionic personality disorders. *Journal of Personality Disorders*, 10, 41–55. DOI: <https://doi.org/10.1521/pedi.1996.10.1.41>
- Hare, R. D. (1980). A research scale for the assessment of psychopathy in criminal populations. *Personality and Individual Differences*, 1, 11-119. DOI: [https://doi.org/10.1016/0191-8869\(80\)90028-8](https://doi.org/10.1016/0191-8869(80)90028-8)
- Hare, R. D. (1999). *Without conscience: The disturbing world of the psychopaths among us*. Guilford Press.
- Hare, R. D. (2003). *The Hare Psychopathy Checklist-Revised* (2nd ed.). Toronto, Ontario, Canada: Multi-Health Systems.
- Hare, R.D., & Neumann, C.S. (2008). Psychopathy as a clinical and empirical construct. *Annual Review of Clinical Psychology*, 4(2), 217-246. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.clinpsy.3.022806.091452>

- Hauck Filho, N., Pereira Teixeira, M. A., & Garcia Dias, A. C. (2009). PSICOPATIA: O CONSTRUTO E SUA AVALIAÇÃO. *Avaliação Psicológica*, 8(3), 337-346. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712009000300006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712009000300006&lng=pt&nrm=iso)
  
- Ingold, T. (Ed.). (1994). *Companion encyclopedia of anthropology*.
  
- Johnson, M. P. (2006). Conflict and control: Gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence against women*, 12(11), 1003-1018. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077801206293328>
  
- Krueger, R. F., Markon, K. E., Patrick, C. J., Benning, S. D., & Kramer, M. D. (2007). Linking antisocial behavior, substance use, and personality: An integrative quantitative model of the adult externalizing spectrum. *Journal of abnormal psychology*, 116(4), 645. <https://doi.org/10.1037/0021-843x.116.4.645>
  
- Kumar, A. (2012). Domestic violence against men in India: A perspective. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 22(3), 290-296. DOI: <https://doi.org/10.1080/10911359.2012.655988>
  
- Leistico, A. R., Salekin, R. T., DeCoster, J., & Rogers, R. (2008). A large-scale meta-analysis relating the Hare measures of psychopathy to antisocial conduct. *Law and Human Behavior*, 32, 28–45. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10979-007-9096-6>
  
- Lilienfeld, S. O. (1992). The association between Antisocial Personality and Somatization Disorders: A review and integration of theoretical models. *Clinical Psychology Review*, 12, 641–662. DOI: [https://doi.org/10.1016/0272-7358\(92\)90136-V](https://doi.org/10.1016/0272-7358(92)90136-V)
  
- Lourenço, N., & Carvalho, M. J. L. (2001). Violência doméstica: Conceito e âmbito. Tipos e espaços de violência. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.12253/407>
  
- Lucena, K. D. T., Deininger, L. D. S. C., Coelho, H. F. C., Monteiro, A. C. C., de Toledo Vianna, R. P., & do Nascimento, J. A. (2016). Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. *Journal of Human Growth and Development*, 26(2), 139-146. DOI: <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.119238>

- Luengo, M. A., & Carrillo, M. T. (1995). La psicopatía. *Manual de Psicopatología*, 2, 615-647.
- Lykken, D. T. (1995). *The antisocial personalities*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203763551>
- Lynam, Donald & Miller, Joshua & Vize, Colin & Neumann, Craig. (2019). Triarchic or Septarchic? - Uncovering the Triarchic Psychopathy Measure's (TriPM) Structure. DOI: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/per0000392>
- MacMillan, H.L., Fleming, J.E., Streiner, D.L., Lin, E., Boyle, M.H., Jamieson, E., . . . Beardslee, W.R. (2001). Childhood abuse and lifetime psychopathology in a community sample. *American Journal of Psychiatry*, 158(11), 1878–1883. DOI: <https://doi.org/10.1176/appi.ajp.158.11.1878>
- Magalhães, M. (2005). A violência nas relações de intimidade: Um contributo para a definição de alguns conceitos. *Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto*.
- Magalhães, M. J., & Tavares, M. (2018). Os contributos dos feminismos na luta contra a violência sobre as mulheres. *Violência doméstica e de género: Uma abordagem multidisciplinar*. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/117525>
- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: compreender para intervir: Guia de boas práticas para profissionais de saúde*.
- Martins, A. R. C. (2013). *Violência Doméstica-evolução, perspetivas e riscos*. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/72517/2/28352.pdf>
- Mascoli, L. (2015). *O Homicídio Intrafamiliar: contributos para a avaliação de risco* (Tese de Doutoramento). Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal. Disponível em <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5102/1/Luisa%20Mascoli%20PHD.pdf>
- Mauvais-Jarvis, F., Merz, N. B., Barnes, P. J., Brinton, R. D., Carrero, J. J., DeMeo, D. L., ... & Suzuki, A. (2020). Sex and gender: modifiers of health, disease, and

medicine. *The Lancet*, 396(10250), 565-582. DOI: [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(20\)31561-0](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(20)31561-0)

- Miller, J. D., & Lynam, D. R. (2015). Understanding Psychopathy Using the Basic Elements of Personality. *Social and Personality Psychology Compass*, 9, 223–237. DOI: <https://doi.org/10.1111/spc3.12170>

- Monteiro, R. P., Gouveia, R. S. V., Patrick, C. J., Carvalho, H. W. de, Medeiros, E. D., Pimentel, C. E., & Gouveia, V. V. (2015). A Psicopatia no Contexto dos Cinco Grandes Fatores. *Psico*, 46(4), 461–471. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2015.4.20314>

- Morais-Gonçalves, D., Lopes-Borges, S., & Gaspar, H. (2018). Reincidência, fatores de risco e avaliação de risco em vítimas de violência doméstica. DOI: <https://doi.org/10.30827/tsg-gsw.v8i15.7424>

- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, 37(1), 8.

- Odalia, N. (1983). O que é violência. In *O que é violência* (pp. 93-93).

- Patrick, C. J., Edens, J. F., Poythress, N. G., Lilienfeld, S. O., & Benning, S. D. (2006). Construct validity of the psychopathic personality inventory two-factor model with offenders. *Psychological assessment*, 18(2), 204. DOI: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/1040-3590.18.2.204>

- Patrick, C. J., Fowles, D. C., & Krueger, R. F. (2009). Triarchic conceptualization of Psychopathy: Developmental origins of disinhibition, boldness, and meanness. *Development and Psychopathology*, 21(03), 913. DOI: [10.1017/S0954579409000492](https://doi.org/10.1017/S0954579409000492)

- Patrick, C.J., Drislane, L.E., Strickland, C. (2012). *Conceptualising Psychopathy in Triarchic terms: Implications for treatment*. *International Journal for Forensic Mental Health*, 11(4), 253-266. <https://doi.org/10.1080/14999013.2012.746761>

- Pechorro, P., Gonçalves, R. A., Maroco, J., Gama, A. P., Neves, S., & Nunes, C. (2014). Juvenile delinquency and psychopathic traits: an empirical study with

Portuguese adolescents. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 58, 174-189. DOI: <https://doi.org/10.1177/0306624X12465584>

- Pitch, T. (2010). Sexo y género de y en el derecho: el feminismo jurídico. Em *Anales de la Cátedra Francisco Suárez* (Vol. 44, pp. 435-459). DOI: <https://doi.org/10.30827/acfs.v44i0.515>

- Plumwood, V. (1989). Do we need a sex/gender distinction?. *Radical Philosophy*, 51(2), 2-11.

-Poco Kernsmith (2005). *Treating Perpetrators of Domestic Violence: Gender Differences in the Applicability of the Theory of Planned Behavior*. , 52(11-12), 757–770. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11199-005-4197-5>

- Quinsey, V. L. (2002). Evolutionary theory and criminal behaviour. *Legal and Criminological Psychology*, 7, 1–13. DOI: <https://doi.org/10.1348/135532502168324>

- Rogstad, J. E., & Rogers, R. (2008). Gender differences in contributions of emotion to psychopathy and antisocial personality disorder. *Clinical Psychology Review*, 28, 1472–1484. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2008.09.004>

- Salekin, R. T., Rogers, R., & Sewell, K. W. (1998). Psychopathy and recidivism among female inmates. *Law and Human Behavior*, 22, 109–128. DOI: <https://doi.org/10.1023/A:1025780806538>

- Sales, L. B. S. (2019). O ciclo da violência doméstica e as medidas protetivas de urgência nas agressões sofridas por mulheres em relacionamentos íntimos. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30088>

- Sani, A. I. M. (2004). As crenças, o discurso e a ação: as construções de crianças expostas à violência interparental.

- Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P., Couto, M. T., Hanada, H., Kiss, L. B., Durand, J. G., ... & Sher, K. J., & Trull, T. (1994). Personality and disinhibitory psychopathology:

Alcoholism and antisocial personality disorder. *Journal of Abnormal Psychology*, 103, 92–102. DOI: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0021-843X.103.1.92>

- Shou, Y., Sellbom, M., & Xu, J. (2017). Psychometric properties of the Triarchic Psychopathy Measure: An item response theory approach. *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment*, 9(3), 217-227. DOI: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/per0000241>

- Silverthorn, P., & Frick, P. J. (1999). Developmental pathways to antisocial behaviour: The delayed-onset pathway in girls. *Development and Psychopathology*, 11, 101–126. DOI: [10.1017/S0954579499001972](https://doi.org/10.1017/S0954579499001972)

- Skeem, J. L., Polaschek, D. L. L., Patrick, C. J., Lilienfeld, S. O. (2011). Psychopathic Personality: Bridging the Gap Between Scientific Evidence and Public Policy. *Association for Psychological Science*, 12(3) 95–162. <https://doi.org/10.1177/1529100611426706>

- Soeiro, C., & Gonçalves, R. A. (2010). O estado de arte do conceito de psicopatia. *Análise Psicológica*, 28(1), 227-240. DOI: <https://doi.org/10.14417/ap.271>

- Strauchler, O., McCloskey, K., Malloy, K., Sitaker, M., Grigsby, N., & Gillig, P. (2004). Humiliation, manipulation, and control: Evidence of centrality in domestic violence against an adult partner. *Journal of Family Violence*, 19, 339-346. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10896-004-0679-4>

- Tavares, S. P. A. (2012). A evolução da mulher no contexto social e sua inserção no mundo do trabalho. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2831>

- Thomeer, M. B., Reczek, C., & Umberson, D. (2015). Gendered emotion work around physical health problems in mid-and later-life marriages. *Journal of Aging Studies*, 32, 12-22. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaging.2014.12.001>

- Thornberry, T. P., Krohn, M. D., & Farrington, D. P. (2003). Key results from the first forty years of the Cambridge study in delinquent development. *Taking stock of delinquency: An overview of findings from contemporary longitudinal studies*, 137-183.
  
- Treviso, M. A. M. (2008). A discriminação de gênero e a proteção à mulher. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/74087>
  
- Treviso, M. A. M. (2008). A discriminação de gênero e a proteção à mulher. Disponível em: <http://as1.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27308>
  
- Verona, E., & Patrick, C. J. (2000). Suicide risk in externalizing syndromes: Temperamental and neurobiological underpinnings. In T. E. Joiner (Ed.), *Suicide science: Expanding the boundaries* (pp. 137–173). Boston, MA: Kluwer Academic Publishers.
  
- Verona, E., Hicks, B. M., & Patrick, C. J. (2005). Psychopathy and suicidality in female offenders: Mediating effects of temperament and abuse history. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73, 1065–1073. DOI: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0022-006X.73.6.1065>
  
- Vivienne de Vogel & Marike Lancel (2016) Gender Differences in the Assessment and Manifestation of Psychopathy: Results from a Multicenter Study in Forensic Psychiatric Patients, *International Journal of Forensic Mental Health*, 15:1, 97-110. DOI: <https://doi.org/10.1080/14999013.2016.1138173>
  
- Walker, L. E. (2016). *The battered woman syndrome*. Springer publishing company.
  
- Wilkowski, B.M., & Robinson, M.D. (2008). Putting the brakes on antisocial behavior: secondary psychopathy and post-error adjustments in reaction time. *Personality and Individual Differences*, 44(8), 1807-1818. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.paid.2008.02.007>
  
- Williamson, E. (2000). *Domestic violence and health: the response of the medical profession*. Policy Press.

- Yourstone, J. (2008). Violent female offenders: Facts and preconceptions (Doctoral dissertation). Stockholm: Stockholm University. Disponível em: <https://urn.kb.se/resolve?urn=urn:nbn:se:su:diva-7569>

- Yourstone, J., Lindholm, T., & Kristiansson, M. (2008). Women who kill: A comparison of the psychosocial background of female and male perpetrators. *International Journal of Law and Psychiatry*, 31(4), 374–383. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2017.01.001>

## Anexos

### Anexo A- Medida Triárquica da Psicopatia (TriPM).

#### Instruções:

Este questionário contém afirmações que diferentes pessoas poderiam usar para se descreverem a si próprias. Cada afirmação é seguida por 4 opções:

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

Para cada afirmação, assinale com um **X** a opção que melhor o descreve. Não existem respostas corretas ou erradas; selecione **apenas** a que melhor o descreve.

#### Exemplo:

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**Lembre-se: Assinale apenas uma opção por item.** Em caso de engano, risque a resposta incorreta e marque com um X a opção correta. Responda a todos os itens.

**1. Sou mais vezes otimista do que o contrário.** [EB]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**2. O modo como os outros se sentem é importante para mim.** [EM]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**3. Ajo frequentemente com base em necessidades imediatas.** [ED]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**4. Não tenho um grande desejo de saltar de para-quedas de um avião.** [EB] [i]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**5. Faltei frequentemente a coisas às quais prometi ir.** [ED]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**6. Gostaria de estar envolvido numa perseguição de carro a alta-velocidade.** [EM]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**7. Estou bem equipado para lidar com o stress.** [EB]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**8. Não me importo se alguém de quem não gosto se magoa.** [EM]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**9. As minhas decisões impulsivas causaram problemas com pessoas de quem gosto.** [ED]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**10. Assusto-me facilmente.** [EB] [i]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**11. Sou solidário com os problemas dos outros.** [EM] [i]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**12. Já faltei ao trabalho sem me preocupar em avisar.** [ED]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**13. Sou um líder nato.** [EB]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**14. Gosto de uma boa luta física.** [EM]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**15. Atiro-me de cabeça para as coisas sem pensar.** [ED]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**16. Tenho dificuldade em fazer com que as coisas resultem da forma que eu quero.** [EB] [i]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**17. Eu retribuo insultos.** [EM]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**18. No passado, meti-me em problemas porque faltei demasiado à escola.** [ED]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**19. Tenho queda para influenciar as pessoas.** [EB]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**20. Não me incomoda ver alguém sofrer.** [EM]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**21. Tenho um bom autocontrolo.** [ED] [i]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**22. Funciono bem em situações novas, mesmo quando não estou preparado.** [EB]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**23. Às vezes gosto de intimidar as pessoas.** [EM]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**24. Já tirei dinheiro da carteira de alguém sem pedir.** [ED]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**25. Não me considero talentoso.** [EB] [i]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**26. Provoco as pessoas só para agitar as coisas.** [EM]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**27. As pessoas abusam frequentemente da minha confiança.** [ED]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**28. Tenho medo de muito menos coisas do que a maioria das pessoas.** [EB]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**29. Não vejo por que me preocupar se o que faço magoa alguém.** [EM]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**30. Mantenho os compromissos que faço.** [ED] [i]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**31. Muitas vezes aborreço-me rapidamente e perco o interesse.** [ED]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

**32. Consigo ultrapassar coisas que traumatizariam os outros.** [EB]

verdadeiro  moderadamente verdadeiro  moderadamente falso  falso

- 33. Sou sensível aos sentimentos dos outros.** [EM] [i]  
[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso
- 34. Já enganei pessoas para obter dinheiro delas.** [ED]  
[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso
- 35. Preocupo-me quando me meto numa situação que não me é familiar sem conhecer todos os detalhes.** [EB] [i]  
[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso
- 36. Não sinto muita empatia pelas pessoas.** [EM]  
[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso
- 37. Meto-me em problemas por não considerar as consequências das minhas acções.** [ED]  
[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso
- 38. Consigo convencer as pessoas a fazerem o que eu quero.** [EB]  
[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso
- 39. Para mim, a honestidade é mesmo a melhor prática.** [EM] [i]  
[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso
- 40. Já magoei pessoas para as ver com dor.** [EM]  
[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso
- 41. Não gosto de assumir a liderança de grupos.** [EB] [i]  
[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso
- 42. Às vezes insulto as pessoas de propósito para obter uma reacção delas.** [EM]  
[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso
- 43. Já tirei artigos de uma loja sem os pagar.** [ED]  
[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso
- 44. É fácil deixar-me envergonhado.** [EB] [i]  
[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso
- 45. As coisas são mais divertidas se houver um pouco de perigo envolvido.** [EM]  
[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso
- 46. Tenho dificuldade em esperar pacientemente por coisas que quero.** [ED]  
[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso
- 47. Mantenho-me tão longe do perigo físico quanto posso.** [EB] [i]  
[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso
- 48. Não me importo muito se o que faço magoa os outros.** [EM]  
[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso
- 49. Já perdi um amigo porque fiz coisas irresponsáveis.** [ED]  
[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso
- 50. Não sou muito bom comparado com a maioria das pessoas.** [EB] [i]  
[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso
- 51. Outras pessoas já me disseram que estavam preocupadas pela minha falta de autocontrolo.** [ED]  
[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso
- 52. É fácil para mim identificar-me com as emoções das outras pessoas.** [EM] [i]  
[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso

**53. Já roubei alguém.** [ED]

[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso

**54. Nunca me preocupo em fazer “figuras tristes” em frente aos outros.** [EB]

[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso

**55. Não me incomoda quando as pessoas à minha volta estão a sofrer.** [EM]

[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso

**56. Já tive problemas no trabalho porque fui irresponsável.** [ED]

[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso

**57. Não sou muito bom a influenciar pessoas.** [EB] [i]

[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso

**58. Já roubei alguma coisa de um veículo.** [ED]

[ ] verdadeiro [ ] moderadamente verdadeiro [ ] moderadamente falso [ ] falso

**Legenda:**

[i] - item invertido.

[EB] - Escala Boldness

[EM] - Escala Meanness

[ED] - Escala Disinhibition

**Anexo B- Artemis Intake Questionnaire (AIQ)**

**Instruções:**

Este questionário contém afirmações que diferentes pessoas poderiam usar para se descreverem a si próprias. Cada afirmação é seguida por 2 opções:

SIM  NÃO

Para cada afirmação, assinale com um **X** a opção que melhor o descreve. Não existem respostas corretas ou erradas; selecione **apenas** a que melhor o descreve.

**Exemplo:**

SIM  NÃO

**Lembre-se: Assinale apenas uma opção por item.** Em caso de engano, risque a resposta incorreta e marque com um X a opção correta. Responda a todos os itens.

**1. Alguma vez envergonhei o meu companheiro/a à frente dos amigos, família ou colegas de trabalho?**

SIM  NÃO

**2. Fiz promessas que não cumpri?**

SIM  NÃO

3. **Não quis saber se o meu companheiro/a estava doente?**  
SIM  NÃO
4. **Ameacei magoar os animais de estimação do meu companheiro/a?**  
SIM  NÃO
5. **Abusei dos animais de estimação do meu companheiro/a?**  
SIM  NÃO
6. **Ameacei abusar das crianças do meu companheiro/a?**  
SIM  NÃO
7. **Abusei das crianças do meu companheiro/a?**  
SIM  NÃO
8. **Ameacei magoar a família do meu companheiro/a ou outros chegados a mim?**  
SIM  NÃO
9. **Magoei a família do meu companheiro/a ou outros chegados a mim?**  
SIM  NÃO
10. **Retirei as crianças do meu companheiro/a sem a sua permissão?**  
SIM  NÃO
11. **Destruí ou danifiquei objetos da casa do meu companheiro/a?**  
SIM  NÃO
12. **Alguma vez neguei ter praticado atos de abuso?**  
SIM  NÃO
13. **Controlei todas as grandes decisões da minha família ou relação?**  
SIM  NÃO
14. **Alguma vez critiquei os meus amigos, família ou colegas de trabalho?**  
SIM  NÃO
15. **Controlei o que me era permitido ler?**  
SIM  NÃO
16. **Impedi o meu companheiro/a de dormir?**  
SIM  NÃO
17. **Controlei todo o dinheiro?**  
SIM  NÃO
18. **Alguma vez roubei dinheiro?**  
SIM  NÃO
19. **Impedi a minha família de ter comida?**  
SIM  NÃO
20. **Gozei com o meu companheiro/a?**  
SIM  NÃO

**21. Menti ao meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**22. Desliguei o aquecimento, eletricidade ou telefone?**

SIM  NÃO

**23. Humilhei o meu companheiro/a em frente às crianças?**

SIM  NÃO

**24. Culpei o meu companheiro/a dos meus problemas?**

SIM  NÃO

**25. Culpei o meu companheiro/a do abuso que sofria?**

SIM  NÃO

**26. Tentei controlar com quem o meu companheiro/a falava ou via?**

SIM  NÃO

**27. Culpei o meu companheiro/a das coisas más que me aconteciam?**

SIM  NÃO

**28. Tentei controlar os locais que o meu companheiro/a ia?**

SIM  NÃO

**29. Impedi o meu companheiro/a de arranjar emprego ou de manter o emprego que tinha?**

SIM  NÃO

**30. Tentei impedir o meu companheiro/a de ir à escola?**

SIM  NÃO

**31. Alguma vez gritei com o meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**32. Insultei o meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**33. Disse ao meu companheiro/a que nunca alguém o ia querer?**

SIM  NÃO

**34. Disse ao meu companheiro/a que era maluco/a?**

SIM  NÃO

**35. Disse ao meu companheiro/a que nunca iria sobreviver sem mim?**

SIM  NÃO

**36. Disse ao meu companheiro/a que, caso me deixasse, iria encontrá-lo/a e matá-lo/a?**

SIM  NÃO

**37. Ameacei o meu companheiro/a que nunca mais iria ver os seus filhos?**

SIM  NÃO

**38. Fechei o meu companheiro/a fora de casa?**

SIM  NÃO

**39. Ameacei bater no meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**40. Ameacei o meu companheiro/a com uma arma?**

SIM  NÃO

**41. Empurrei ou agarrei o meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**42. Alguma vez dei socos ou pontapés ao meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**43. Sufoquei o meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**44. Bati no meu companheiro/a com um objeto?**

SIM  NÃO

**45. Alguma vez fui violento/a com o meu companheiro/a à frente das crianças?**

SIM  NÃO

**46. Atirei objetos para o meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**47. Bati no meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**48. Amarrei o meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**49. Esfaqueei o meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**50. Atirei um tiro ao meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**51. Causei danos visíveis no meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**52. Causei danos que necessitaram de primeiros socorros no meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**53. Causei danos que necessitaram de tratamento médico urgente no meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**54. Causei danos que fizeram com que o meu companheiro/a tivesse de ficar no hospital?**

SIM  NÃO

**55. Tentei matar o meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**56. Tentei ter relações sexuais com o meu companheiro/a quando ele/a não quis?**

SIM  NÃO

**57. Fiz com que o meu companheiro/a tivesse medo de perder a vida?**

SIM  NÃO

**58. Era possessivo com o meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**59. Invadi a privacidade do meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**60. Tentei controlar o meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**61. Liguei várias vezes para casa para saber do meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**62. Cheguei a casa inesperadamente apenas para saber do meu companheiro/a?**

SIM  NÃO

**63. Não permiti o meu companheiro/a de usar o telemóvel?**

SIM  NÃO

**64. Não permiti que meu companheiro/a visse os seus amigos, família, entre outros?**

SIM  NÃO

**Anexo C- Formulário de Consentimento Informado**

**Formulário de Consentimento Informado**

No âmbito do projeto de Licenciatura em Criminologia da Universidade Fernando Pessoa, o presente estudo tem como objetivo analisar um conjunto de elementos individuais (atitudes e traços de personalidade) para uma melhor compreensão de como se processa o comportamento humano. As informações serão recolhidas por meio de dois questionários com a duração de 15/20 minutos. Salienta-se que a sua participação deve ser totalmente voluntária não trazendo qualquer benefício ou prejuízo que advenham do seu consentimento ou recusa de participar.

Os dados recolhidos destes questionários serão posteriormente tratados e estudados apenas em grupo e serão exclusivamente utilizados para fins da presente investigação científica. Garante-se confidencialidade e anonimato e não será transmitida qualquer tipo de informação a serviços externos ou internos do Estabelecimento Prisional em que se encontra.

A assinatura deste consentimento pressupõe que tomou conhecimento dos objetivos do estudo e respetivos procedimentos a realizar. Pressupõe também que concorda com a utilização das informações prestadas no âmbito da investigação.

Eu, \_\_\_\_\_ declaro que aceito participar voluntariamente na investigação e que esclarecido/a dos objetivos deste trabalho. Foi-me transmitida a informação de que posso interromper a participação quando quiser e que a da minha participação não advém qualquer benefício ou prejuízo. Foi-me assegurado que os meus dados serão apenas tratados em grupo e que as informações não serão transmitidas para qualquer tipo de serviço externo e interno ao Estabelecimento prisional em que me encontro. No âmbito desta investigação científica, aceito que as minhas informações sejam analisadas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do investigador: \_\_\_\_\_